

OS BISPOS E A INQUISIÇÃO PORTUGUESA (1536-1613) *

JOSÉ PEDRO PAIVA **

Introdução

Neste estudo pretende-se avaliar um assunto que, estranhamente, não tem merecido grande atenção: a relação entre os bispos e a Inquisição portuguesa no período do seu estabelecimento e organização ¹. Digo estranhamente, pois é hoje perfeitamente sabido, como foi demonstrado por Adriano Prosperi, que desde o período da sua fundação, a Inquisição Moderna criou um problema de poder no interior da Igreja: o da definição dos limites e das competências dos órgãos com capacidade para intervir no domínio da verificação das práticas religiosas e, mais amplamente, dos comportamentos das populações ². Tanto mais que, como refere o autor, reportando-se ao caso italiano, houve, desde o início, uma ambição sem limites da Inquisição, que pretendeu estender ao máximo a sua área de intervenção, o que teria gerado conflitos e sobreposição de poderes com os tribunais episcopais já existentes ³.

* Este artigo é a versão portuguesa de uma comunicação apresentada no Colóquio Internacional *Inquisition et pouvoir*, realizado em Aix-en-Provence (França), em Novembro de 2002. Esta variante é mais completa que a versão original francesa.

** Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Centro de História da Sociedade e da Cultura.

¹ Sobre as várias etapas de implantação do Tribunal da Fé em Portugal, até à reorganização decisiva desencadeada pelo inquisidor-mor Pedro de Castilho, é indispensável consultar Joaquim Romero Magalhães, "Em busca dos tempos da Inquisição (1573-1615)", *Revista de História das Ideias*, vol. 9, (1987), p. 191-228, que aqui seguimos para delimitar o termo cronológico final da investigação.

² Ver Adriano Prosperi, *Tribunali della coscienza. Inquisitori, confessori, missionari*, Torino, Giulio Einaudi Editore, 1996, p. 62-63.

³ Ver, *Idem*, p. 281. Para além disso, a Inquisição e os bispos, sobretudo depois de

De igual modo, em Portugal, a Inquisição foi procurando alargar a sua área de intervenção. A bula *Cum ad nihil magis*, de 23 de Maio de 1536, que marca a instituição definitiva do Santo Ofício português, dava poderes ao Tribunal para perseguir as heresias de judaísmo, protestantismo, islamismo e feitiçarias, mas o primeiro monitório da fé, ainda de 1536, refere já a bigamia e algumas proposições heréticas ⁴. Em 1552 a Inquisição consegue ampliar a sua jurisdição sobre casos de contrabando em terras de mouros, em 1562 sobre sodomia (consumação no plano do direito de uma prática que já exercitava), finalmente, a partir de 1599, também a solicitação em confissão passa a estar sob a sua alçada ⁵.

Também em Portugal, num primeiro momento, esta introdução de uma nova instância suscitou dúvidas, criou equívocos e por certo alguns conflitos, não só entre os titulares destes poderes, mas também entre as populações a quem competia fazer denúncias ⁶.

Trento, foram protagonistas de dois programas diversos de actuação. Os primeiros agiriam através de uma presença sistemática junto das populações usando uma “misericórdia evangélica”, a segunda teria actuado por via da repressão punitiva, ver *idem* p. 278-289.

⁴ A bula de fundação está publicada em *Corpo diplomático Português contendo os actos e relações políticas e diplomáticas de Portugal com as diversas potencias do mundo desde o século XVI até aos nossos dias*, Lisboa, Typographia da Academia Real das Sciencias/Imprensa Nacional, 1862-1959, vol. III, p. 302-05. A bula está publicada em versão latina com tradução portuguesa em Isaías da Rosa Pereira, *Documentos para a História da Inquisição em Portugal*, Porto, Arquivo Histórico Dominicano Português, 1984, p. 23-27. Uma versão do monitório da fé, de 18 de Novembro de 1536, pode ler-se em Maria José Pimenta Ferro Tavares, *Judaísmo e Inquisição. Estudos*, Lisboa, Editorial Presença, 1987, p. 194-99.

⁵ O breve papal que o consente, *Muneris nostri*, data de 12 de Janeiro de 1599 e pode ver-se em *Collectorio das Bullas e Breves Apostolicos, cartas, alvarás e provisões reais que contém a instituição e progresso do Santo Officio em Portugal*, Lisboa, Lourenço Craesbeeck, 1634, fl. 83v-84v. Sobre este assunto ver Francisco Bethencourt, *História das Inquisições Portugal, Espanha e Itália*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1994, p. 149 e Paulo Drumond Braga, *A Inquisição nos Açores*, [s.l.], Instituto Cultural de Ponta Delgada, 1997, p. 294, 404-405 e 448. Note-se, todavia, que ainda antes de 1599 já o Santo Ofício instaurava processos por solicitação. Esses processos foram recentemente revelados num estudo de Giuseppe Marcocci e reportam-se a dois sacerdotes de Elvas, André Fialho e João Gonçalves, sentenciados em 1569, ver Giuseppe Marcocci, *I tribunali della fede in Portogallo nell'età del concilio di Trento. Inquisitori, vescovi, confessori*, Pisa, [s.n.], 2002, tese de licenciatura apresentada à Universidade de Pisa, p. 286-302.

⁶ Refiro apenas três exemplos. Em 1542 um habitante de Gouveia veio à Mesa da Inquisição de Coimbra para delatar um conterrâneo que vivia em concubinato, delito que era da jurisdição episcopal, cf. Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo (a partir de agora sempre IAN/TT), Inquisição de Coimbra, *Livro segundo das denunciações*, Livro

A raiz de todo o problema residia na noção de heresia. Esta, mesmo entre os teólogos, tinha contornos fluidos, o que dificultava a delimitação rigorosa entre a jurisdição episcopal pré-existente e a inquisitorial, cuja função era a de auxiliar os ordinários na repressão das heresias⁷. De facto, em bom rigor, a criação das Inquisições não privou os bispos dessa competência. Como foi já exemplarmente demonstrado por Agostino Borromeo, uma bula de Inocêncio IV, datada de 1252, confirmou o princípio da competência comum de ordinários e inquisidores em casos de heresia. Esta sobreposição abria a possibilidade de ambos poderem proceder nesta matéria e até em relação ao mesmo caso, o que acabou por gerar situações inconvenientes. Os canonistas romanos tentaram resolvê-lo e, no concílio de Viena (1311-13), o papa Clemente V, através da constituição *Multorum Querela*, regulou estas relações, estabelecendo que ambos podiam proceder, mas que tinham que actuar conjuntamente em três situações: quando quisessem agravar as condições de encarceramento dos réus (situação que nunca se praticou em Portugal), submetê-los a tortura e, finalmente, na fase de sentenciar os processos (voto colegial dos processos). Esta constituição foi publicada em 1317, por João XXII, nas célebres *Clementinas*, tendo assim ficado definitivamente estabelecido o princípio da jurisdição cumulativa em questões de fé⁸.

Estas normas vigoraram em Portugal quando a Inquisição foi estabelecida. A bula da fundação definitiva, como referiu Fortunato de Almeida, determinava que os inquisidores agiriam de acordo com os ordinários dos lugares, habilitando-os também a intervir nas causas de heresia intentadas pelos bispos. Isto é, e seguindo as suas palavras, que devem ser bem sublinhadas: "Nenhum dos diplomas pontifícios concernentes ao estabelecimento

nº 75, fl. 212v. Por seu turno, em 1569, o inquisidor-geral ordena aos inquisidores de Coimbra que remetam ao bispo do Porto réus acusados de bigamia que lhes haviam sido enviados pelo próprio bispo do Porto, pois o caso era de foro misto, pelo que o prelado tinha jurisdição para proceder, cf. IAN/TT, Inquisição de Coimbra, *Caderno de provisões cartas e outros papeis desde o anno de 1536 athe todo o ano de 1599*, Livro 271, fl. 25. Em 1609 ainda os próprios inquisidores de Évora tinham dúvidas se deviam proceder nos casos de solicitação cumulativamente com os bispos e prelados das religiões ou "in solidum", cf. IAN/TT, Conselho Geral do Santo Ofício, *Correspondência recebida das inquisições de Lisboa e de Évora*, Livro 97, fl. não numerado, carta 76.

⁷ Ver Adriano Prosperi, *Tribunali della coscienza...*, op. cit., p. 278.

⁸ Ver Agostino Borromeo, "Contributo allo studio dell'Inquisizione e dei suoi rapporti con il potere episcopali nell'Italia Spagnola del Cinquecento", *Annuario dell'Istituto Storico Italiano per L'Età moderna e contemporanea*, vol. 29-30, 1977-78, p. 225-27.

da Inquisição acusa o pensamento de derrogar a jurisdição dos ordinários em matéria de heresia”⁹. O que a bula *Meditatio Cordis*, de 1547, que fortalece o âmbito da acção inquisitorial, também não altera. Isto apesar de tanto D. Manuel I, em 1515, como D. João III, em 1531, nas instruções que deram aos seus embaixadores em Roma tendentes à criação da Inquisição, terem insistido para que o direito de perseguir os hereges passasse a estar exclusivamente confiado aos inquisidores¹⁰. Assim, em muitas Constituições das dioceses, mesmo nas promulgadas nos séculos XVII e XVIII, os bispos nunca deixaram de ordenar aos fiéis que lhes fossem denunciados os casos de heresia, e os primeiros pontos que constavam nos editais das visitasções dos prelados, pediam expressamente para esses crimes serem delatados¹¹.

Sucede que, nos reinos ibéricos, por pressão dos monarcas, se foi tendendo a criar o hábito de os bispos remeterem aos inquisidores os casos de heresia de que tivessem conhecimento¹². Na prática, a partir de finais

⁹ Cf. Fortunato de Almeida, *História da Igreja em Portugal*, nova edição, Porto; Lisboa, Liv. Civilização, 1967-71, vol. II, p. 401-02 e 421.

¹⁰ Ver Instrução de D. Manuel I a D. Miguel da Silva e Carta de D. João III para o Doutor Brás Neto em *As Gavetas da Torre do Tombo*, Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, vol. I, respectivamente p. 60-63 e p. 271-73.

¹¹ Ver, por exemplo, o edital referente à visita da diocese de Coimbra em 1743, publicado por Isafas da Rosa Pereira, “As visitas pastorais como fonte histórica”, *Revista da Faculdade de Letras de Lisboa*, III série, nº 15, 1973, p. 66-67. Em algumas dioceses houve o cuidado de retirar a palavra heresia do edital, não deixando, todavia, de se inquirir por ela através da seguinte formulação: “Se sabem, ou ouviram dizer de alguma pessoa que tenha dito, feito ou cometido alguma coisa contra a nossa santa fé católica”, cf. “Regimento do auditorio ecclesiastico do bispado de Viseu e dos officiaes da justica ecclesiastica do dito bispado” in *Constituições synodais do bispado de Viseu*, Coimbra, Nicolau Carvalho, 1617.

¹² Ver Agostino Borromeo, “Contributo allo studio dell’Inquisizione...”, *op. cit.*, p. 246-47. Em Portugal tal prática é promulgada em muitas Constituições das dioceses. Por exemplo nas de Lamego, decretadas em sínodo de 1639, ordena-se aos visitadores: “Se achar algumas pessoas compreendidas ou culpadas no crime de heresia, ou apostasia, feitiçeira com pacto expresso, blasfema heretical, no pecado nefando, ou de cometer o sacerdote alguma mulher no acto da confissão, ou casados com outra mulher sendo a precedente viva, e outros casos que pertencem ao Santo Offício, para nele se processarem e decidirem na forma do direito e breves apostólicos remeterá as culpas aos inquisidores apostólicos da casa e distrito de Coimbra...”, cf. *Constituições synodais do Bispado de Lamego*, Lisboa, Miguel Deslandes, 1683, p. 543-544. Nas do Porto de 1687 estipula-se mesmo, no Livro V, título I, constituição 1, “Que se denunciem ao Tribunal do Santo Officio os hereges ou suspeitos de heresia”, cf. *Constituições synodais do bispado do Porto*, Porto, Joseph Ferreira, 1690.

do século XVI ¹³, em Portugal, o Santo Ofício passa a exercer esse poder em exclusivo, tendo ficado sempre salvaguardado o princípio do voto colegial ¹⁴. E isso sempre se praticou, ainda que, paulatinamente, se fosse instalando a tendência para os bispos delegarem o seu voto num representante do próprio Tribunal da Fé ¹⁵. Ou seja, de facto e não de direito, criou-se uma exclusividade inquisitorial no tratamento da heresia, o que alguns tratadistas de Seiscentos e Setecentos chegaram a assumir como direito ¹⁶.

¹³ Não é actualmente possível precisar com rigor quando é que tal sucedeu. É de crer que isso não tenha ocorrido exactamente ao mesmo tempo em todas as dioceses. Em Espanha, de acordo com Bartolomé Benassar, desde 1562 que a Inquisição tem esta competência em exclusivo.

¹⁴ O primeiro Regimento da Inquisição, de 1552, consagra o voto colegial da sentença nos capítulos 47 e 49, ver *Regimento da Santa Inquisição*, publicado por António Baião, *A Inquisição em Portugal e no Brasil. Subsídios para a sua história*, Lisboa, Of. Tip. – Calçada do Cabra, 1906, p. 42, (existe um exemplar deste Regimento em IAN/TT, Conselho Geral do Santo Ofício, Livro nº330). Os processos julgados confirmam-no.

¹⁵ Os primeiros de que temos notícia foram os bispos do Porto e do Brasil, logo no ano de 1559, ver IAN/TT, Inquisição de Lisboa, Livro 330, documentos 80 e 81, publicados por Isaias da Rosa Pereira, *Documentos para a história da Inquisição em Portugal (século XVI)*, Lisboa, Cáritas Portuguesa, 1987, p. 79-80. Houve casos em que o inquisidor-geral, D. Henrique, na sua qualidade de legado papal, deu autoridade a inquisidores para fazerem as vezes dos ordinários. Ou seja, invocou o seu poder papal delegado para derrogar um poder episcopal. Assim sucedeu, em 8 de Junho de 1564, quando autorizou Ambrósio Campelo, inquisidor de Lisboa, para “autoridade apostólica”, como ordinário das dioceses da Guarda e Lamego, assistir a processos de réus daqueles bispados, cf. IAN/TT, Inquisição de Lisboa, Livro 330, documento 95, publicado por Isaias da Rosa Pereira, *Documentos...*, *op. cit.*, p. 90. O bispo da Guarda, naquele tempo, era D. João de Portugal, com quem o cardeal teve enormes pendências, ver Carlos Margaça Veiga, “Reforma tridentina e conflitualidade: o litígio entre o bispo da Guarda, D. João de Portugal, e o cardeal D. Henrique” in *Amar, Sentir e viver a História – Estudos de homenagem a Joaquim Veríssimo Serrão*, Lisboa, Edições Colibri, 1995, p. 305-319. O prelado de Lamego era D. Manuel de Noronha, que também nunca tivera laços de grande proximidade com a Inquisição, sobre a sua biografia e acção ver M. Gonçalves da Costa, *História do bispado e cidade de Lamego*, Oficinas Gráficas de Barbosa e Xavier Lda., 1982, vol. 3, p. 30-41. Nos finais do século XVI a pressão do Tribunal foi enorme para inviabilizar que os bispos delegassem o seu poder, não aceitando nomeações de quem não fosse previamente aprovado pelo Inquisidor-geral ou pelo Conselho Geral. Em carta para a Inquisição de Coimbra o inquisidor-geral diz expressamente: “daqui em diante não admitam nenhum ordinario de novo sem me avisarem ou ao Conselho”, ver IAN/TT, Inquisição de Coimbra, *Caderno de provisões cartas e outros papeis desde o anno de 1536 athe todo o ano de 1599*, Livro 271, fl. 468.

¹⁶ Foram os casos de L. Molina, C. Carena e F. Castro Palao, ver Agostino Borromeo, “Contributo allo studio dell’Inquisizione...”, *op. cit.*, p. 248.

Perante o enquadramento normativo-legal que se acaba de apresentar, pretende-se agora averiguar como decorreram, no plano prático, as relações entre os dois poderes.

1. Paradigmas individuais de actuação

Uma metodologia segura para avaliar as relações entre a Inquisição e o episcopado consiste na reconstituição do desempenho de um conjunto de bispos no que se reporta ao exercício da sua jurisdição, no decurso de distintas conjunturas. Trata-se de um percurso moroso mas que autorizará conclusões consistentes, ao mesmo tempo que permitirá avaliar com mais detalhe os contornos que essas relações foram assumindo.

Este caminho tem um sério obstáculo. O desaparecimento quase total dos arquivos dos Tribunais (Auditórios) diocesanos. Excluindo alguns processos oriundos da justiça episcopal, actualmente conservados nos Arquivos da Inquisição, que não consentem, todavia, o esboço de um quadro geral do que foram as características, volume, ritmos e severidade do exercício dos tribunais dos bispos, e a referência a um ou outro livro com extractos dos culpados condenados ¹⁷, não há outra documentação que permita iluminar esta faceta do passado. Existem, no entanto, outras fontes que dão a conhecer o clima relacional que se estabeleceu entre o Santo Ofício e os prelados das dioceses. São de grande interesse colecções de correspondência, as séries de consultas do Conselho Geral, a troca de informações entre os Tribunais Distritais e o Conselho Geral do Santo Ofício.

Pesquisas que já realizei permitiram encontrar abundante informação sobre alguns prelados específicos. Seleccionei dois casos, absolutamente distintos, que merecem reconstituições monográficas posteriores. O de um bispo que manteve quase sempre uma relação de estreitíssima colaboração com o Santo Ofício e outro que foi protagonista de amplos conflitos com o Tribunal da Fé.

O primeiro foi D. Afonso de Castelo Branco, bispo do Algarve (1581-85) e posteriormente de Coimbra (1585-1615) ¹⁸. A sua actuação permite

¹⁷ Infelizmente, os raros casos até agora identificados são todos referentes aos séculos XVII e XVIII. Ver Arquivo da Universidade de Coimbra, *Livro de extratos de culpados do arcediagado do Vouga*, III/D, I, 4, 5, 45, e Arquivo Histórico do Patriarcado de Lisboa, *Livro de assentos da Relação Patriarcal de Lisboa* (1719), Livro 475.

¹⁸ Não existe actualmente nenhum estudo monográfico completo sobre a sua biografia e actuação. Alguns dados, ainda que com um tom muito panegírico e centrados na

vislumbrar muitos tópicos que caracterizaram a cooperação entre estes dois importantes pólos de poder do campo religioso. É bom ter presente, para entender melhor esta franca cooperação, como o bispo de Coimbra tinha sido capelão mor do cardeal Henrique e, portanto, homem de sua confiança, por certo, bom conhecedor, por esta via, dos caminhos e estratégias da acção inquisitorial ¹⁹. Ele, sobretudo enquanto bispo de Coimbra, assistia pessoalmente ao despacho dos processos inquisitoriais (quer de réus da diocese quer de outras) ²⁰, delegava a sua representação em inquisidores quando não podia estar presente ²¹, pregou em vários

sua acção de benemerência caritativa, podem colher-se em João de Almeida Soares, *Vida e morte de Dom Affonso Castelbranco Bispo de Coimbra Conde de Arganil, Senhor de Coja e Alcade mór de Arouca, Vizo Rey deste Reyno dito Portugal*, Academia das Ciências de Lisboa, Manuscrito 194 Vermelho e Manuel Augusto Rodrigues, "D. Afonso de Castelo Branco, estudante da Universidade de Coimbra, bispo do Algarve e de Coimbra – a sua concio num auto de fé", *Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra*, vol. XV-XVI, (1995-96), p. 1-71, este com referências a outra bibliografia sobre o assunto.

¹⁹ Já tinha este cargo, pelo menos em 8 de Novembro de 1572, quando tomou posse de uma conesia na Sé de Évora, cf. Biblioteca Pública de Évora, Arquivo do Cabido da Sé de Évora, *Livro das posses das dignidades*/CEC-14-XII-40, fl. 36.

²⁰ Ver IAN/TT, Conselho Geral do Santo Ofício, *Correspondência recebida da Inquisição de Coimbra*, Livro 95, fl. não numerado, carta 71. Trata-se de uma carta datada de 6 de Dezembro de 1611, assinada por Francisco de Meneses e João Álvares Brandão. Estes dois inquisidores informam o Conselho Geral que foram ter com o bispo pedindo-lhe para nomear comissário para assistir ao despacho de réus do bispado. O prelado nomeou o seu provisor e disse que em casos graves o avisassem que ele iria pessoalmente. Dois dias depois o bispo escreveu ao inquisidor João Álvares Brandão pedindo-lhe que o avisasse quando começaria o despacho, pelo que os inquisidores acharam que a intenção do bispo era assistir ao despacho dos processos dos seus súbditos e não súbditos "como o fez no tempo do archiduque".

²¹ Ver IAN/TT, Conselho Geral do Santo Ofício, *Correspondência recebida da Inquisição de Coimbra*, Livro 95, fl. não numerado, carta 63. Trata-se de carta datada de 18 de Setembro de 1606, na qual se verifica que a cooperação do bispo com a Inquisição se fez, mesmo quando houve casos delicados a perturbá-la. A carta é assinada pelo inquisidor João Álvares Brandão: "Fomos em pessoa ao bispo deste bispado Dom Afonso Castello Branco e lhe significamos como tinhamos alguns processos de pessoas seus subditos para despachar e cada dia podião soceder outros e com o devido comedimento lhe pedimos fosse servido nomear hua pessoa que tevese as partes necessarias para em seu nome assistir a estes despachos, porquanto o doutor Antonio Velho seu provisor que tinha nomeado, não podia ser admitido a isso por algumas justas causa que auia. Respondeonos que sempre fora zeloso das cousas do Santo Officio e as ajudava em tudo o que podera e assi faria no que de novo se oferecesse, porem que folgaria de saber se o seu provisor era cristão novo, porque a sello se não serviria delle. Dissemoslhe que quando chegavamos a lhe pedir nomeação de outra

autos-da-fé e a eles assistia no espaço que a Inquisição lhe reservava sem provocar conflitos em relação ao lugar que ocupava publicamente na cerimónia ²², dava pareceres para o provimento de lugares de oficiais e ministros do Santo Ofício ²³, remetia para a Inquisição os casos de heresia de

peessoas devia Sua Senhoria ter por certo que as causas devião ser justas (posto que não sabiamos se elle o era) nem lhe podíamos dizer mais. Dissenos que por ora para os processos das pessoas de seu bispado que por qualquer via estivessem ja denunciados no Santo Officio ou se tivessem vindo apresentar nelle nos nomiava e comitia suas vezes, de que deu commissão por escrito, e que não nomeava outra pessoas de fora porque queria que isto ficasse em segredo até saber as causa para o seu provisor não aver de ser chamado. pedindonos com muita instancia lhas declarassemos; e por lhe dizermos que nao tinhamos ordem para mais nos deu a entender que nao daria outra commissao athe lhas declararem. Façanos V.S. merce de nos mandar avisar se neste particular se aode fazer mais alguns officios e se o bispo nos falar nestas cousas o que lhe poderemos responder, e fomos do parecer que se fosse dissimulando com elle e que quando depois fosse necessario prorogação da comissão que agora nos deu se lhe pedisse. E temos por provavel que a não negará e com este meio alcançará o Santo Officio o que pretende e não dará ocasião a se averiguarem as causa do provisor, a quem o bispo esta tão atado (segundo dizem) que não deixará de se servir dele". Nos processos actualmente existentes nos fundos da Inquisição, no IAN/TT, não resulta qualquer processo contra António Velho, provisor e vigário geral do bispo, cargo que ainda exercia em Junho de 1612, como se pode ver através de carta de Felipe II para o cabido da Sé de Coimbra, Arquivo da Universidade de Coimbra, *Cartas para o cabido e outros*, caixa 3, V Piso, doc. não numerado.

²² Sujeitando-se, inclusive, a ocupar lugar de menor destaque do que os inquisidores e contribuindo para que, nessas condições, o cabido da Sé se fizesse representar em corpo, ver IAN/TT, Conselho Geral do Santo Ofício, *Correspondência recebida de arcebispos e bispos*, Livro 91, fl. não numerado, carta 43. Trata-se de carta autógrafa do bispo para o Conselho Geral na qual o prelado diz: "Tambem lembro a VVMM que ha tres annos que levo quasi por força o nosso cabido ao Auto da Fee, por que lhe não dão o lugar que devem ter as Sees cathedraes e pera os mais obrigar a irem me assento com elles no mesmo banco que nenhuma differença tem mais dos que estão ordinarios no cadafalso que estar eu nelle. E porque soube que o arcebispo d'Evora se assentava no Auto em cadeira e o cabido d'Evora em bancos semelhantes aos dos inquisidores tendo obrigação de estar em os autos da fee que se fizerem em Evora, a qual não tem este nosso cabido, me pareceo que convinha avisar a VVMM deste particular para que mandem tomar resolução geral e igual pera os prelados e cabidos, porque avendo desigualdade nem eu, nem o cabido poderemos ir ao auto; e falo tão claro porque com eu ir a tres e do modo que VVMM terão sabido não poderão dizer que faço esta lembrança com vaydade pois atee aqui tenho servido este Santo Oficio, assim no temporal como no espiritual, como VVMM quererão e eu sempre desejarei".

²³ Ver IAN/TT, Conselho Geral do Santo Ofício, *Correspondência recebida de arcebispos e bispos*, Livro 91, fl. não numerado, carta 101. Trata-se de carta de Afonso de Castelo Branco, para o inquisidor-geral, em 29 de Novembro de 1592, na qual o louva por ter escolhido o bispo de Elvas para deputado do Conselho Geral "por ser pessoas muito

que tinha conhecimento através do ofício regular das visitas pastorais que empreendia, informava a Inquisição dos locais da diocese onde havia grandes comunidades de cristãos-novos que necessitavam de ser objecto da acção inquisitorial ²⁴, elaborou umas Constituições diocesanas onde prescreveu normas detalhadas do exercício das visitas pastorais totalmente respeitadoras das prerrogativas do poder inquisitorial ²⁵, em casos duvidosos não desencadeava processos no seu Auditório sem previamente consultar os inquisidores ²⁶, deu pareceres sobre o modo de converter os

experiente e com qualidades" e na qual reitera parecer que diz já ter feito de que a Inquisição de Coimbra precisava de mais um inquisidor para ajudar a António Dias e outros oficiais, sugerindo nomes de muitas pessoas que a seus olhos poderiam servir o Santo Ofício. Em carta anterior, de 2 de Janeiro de 1589, dirigida ao inquisidor-geral, pede que ele não nomeie para deputados da Inquisição de Coimbra duas pessoas que pela Inquisição de Coimbra foram pedidas, em virtude de a seu parecer elas não terem as qualidades requeridas para "tão santa função", ver IAN/TT, Conselho Geral do Santo Ofício, *Correspondência recebida de arcebispos e bispos*, Livro 91, fl. não numerado, carta 32.

²⁴ Ver IAN/TT, Conselho Geral do Santo Ofício, *Correspondência recebida de arcebispos e bispos*, Livro 91, fl. não numerado, carta 99. Trata-se de carta datada de 2 Janeiro de 1593, na qual a dado passo o bispo informa: "Os dias passados escrevi a VA quanto importa a honra de Deos, descargo da consciencia, proveito do santo officio mandar visitar a beira e antre douro e minhó; porque em todas estas partes polas visitações dos ordinareos se ve aver muitos judeus e nas partes da serra da estrella, deste bispado, muitos mais ao que parece pellas cousas que delles se diz nas visitações ordinarias. E o tempo tem mostrado quão necessaria é a visitação do santo officio neste particular de que eu posso ser boa tistimunha pois andei tres annos em requerimento que se mandasse visitar o reino do Algarve, por entender polas visitações que fiz estar cheo de judeus e não me enganei. E a visitação que se fez nas partes que digo foi causa de se descobrir o judaismo..."

²⁵ Ver *Constituições synodales do Bispado de Coimbra ...*, op. cit., Coimbra, Antonio de Mariz, 1591, sobretudo Título XXVIII. Veja-se ainda uma confissão do próprio bispo, datada de 12 de Agosto de 1592. "Quanto ao que toca as denúncias que neste particular se fazem aos prelados e seus visitadores tenho provido nas Constituições novas que fiz e estão impressas, conforme a carta de VA e a lembrança tam importante que nella, com tanta razão, manda fazer aos bispos. E provi neste negocio negocio tanto antes por ver as prisoens que se fizerão em alguns bispados, sem forma, nem ordem de justiça, e sem a consideração devida aa qualidade de negocio tam importante; e com ella se viram jaa os inquisidores deste districto em trabalho por lhe ser forçado correrem com os taes presos sendo mandados a este carcere injustamente.", cf. IAN/TT, Conselho Geral do Santo Ofício, *Correspondência recebida de arcebispos e bispos*, Livro 91, fl. não numerado, carta 50.

²⁶ Ver IAN/TT, Conselho Geral do Santo Ofício, *Correspondência recebida de arcebispos e bispos*, Livro 91, fl. não numerado, carta 35. Trata-se de uma carta, de 29 de Abril de 1589, na qual o bispo relata que prendeu no aljube uma Maria Dias, a que chamavam "a beata de Celas". Conta que esta mulher era visionária e pretendia saber coisas

cristãos-novos ²⁷, disponibilizou o seu aljube para que aí ficassem presos condenados pelo Santo Ofício ²⁸. Uma carta que escreveu para o Conselho Geral da Inquisição, em 28 de Janeiro de 1588, é bem o espelho do seu posicionamento e até, note-se, de alguma subserviência em relação à Inquisição. Nela se lê: “Eu vou todos os dias ao despacho ordinario como Sua Alteza (o inquisidor-geral, cardeal Alberto) me mandou tirando as segundas e sextas feiras em que assisto na relação aos despachos dos feitos deste bispado. E tenho feito a pregação para o auto da fé que confio em Nosso Senhor seja digna daquele dia e eu mais contente estou dela que da passada e nisto e em tudo o mais que for serviço do Santo Ofício farei sempre com muito gosto, mandando-mo Sua Alteza e Vossas Mercês” ²⁹. Este zelo e lealdade eram reconhecidos pelos inquisidores de Coimbra

que só Deus podia conhecer e que falara mesmo no Prior do Crato. Adianta que não a pode ter em segredo no aljube, por este ser pequeno e acrescenta a finalizar que “não avendo esta mulher de ser julgada pelo Santo Ofício possa eu com conselho de V. Ms proceder nesta cousa como Deus manda...”.

²⁷ Ver IAN/TT, Conselho Geral do Santo Ofício, *Correspondência recebida de arcebispos e bispos*, Livro 91, fl. não numerado, cartas 50 e 51. Na primeira, datada de 12 de Agosto de 1592, escreve que “Quanto ao cathecismo para os reconciliados poderei eu ajudar nelle hum pedaço avendose de fazer, por ter studada esta materia, assi pelos rabinos antigos, como pelos sanctos e Sagrada Escritura principalmente do Testamento Velho...”, explicando que o fez por ter pregado nos quatro últimos autos que se fizeram em Coimbra e acrescentando que, na maior parte dos casos os reconciliados saíam dos cárceres mas “finos e figadaes judeus” do que antes. Por isso acha que o melhor Catecismo que se podia dar a “esta gente desavergonhada dos seus erros” era o rei não lhes dar honras, nem mercês, nem favores, sobretudo privando-os de poderem possuir lugares na “republica”. Na carta 51, doze dias depois, acrescenta sobre a mesma matéria que se lembrou que talvez o melhor fosse tirar aos judeus os filhos de seu poder para serem ensinados e instruídos na doutrina cristã “e assim tirarse toda a ocasião aos pais pera depois os não fazerem judeus”.

²⁸ Ver IAN/TT, Inquisição de Coimbra, *Caderno de provisões cartas e outros papeis desde o anno de 1536 athe todo o ano de 1599*, Livro 271, fl. 294. Trata-se de uma informação do Conselho Geral, datada de 9 de Novembro de 1589, pela qual informam que foi sentenciado na Inquisição de Lisboa um João de Mendonça, abade de Marmelo que foi mandado recolher por certo tempo no mosteiro de Rendufe. De lá informaram, posteriormente, que este abade fazia muitas desordens, rogando que fosse de lá tirado. Assim, pedem que os inquisidores de Coimbra mandem lá um official buscar o abade e peçam ao bispo conde, da parte do inquisidor-geral e do Conselho que consinta que ele fique no seu aljube da cidade de Coimbra, sustentando-se para isso com o rendimento da sua igreja.

²⁹ Cf. IAN/TT, Conselho Geral do Santo Ofício, *Correspondência recebida de arcebispos e bispos*, Livro 91, fl. não numerado, carta 31.

que, ao escreverem para o mesmo Conselho, em 23 de Julho de 1592, afirmam: “as pessoas que nos parece devem assistir a este despacho são o bispo de Coimbra, pessoa a que tanto deve esta Inquisição, e que com sua autoridade e voto honra este Tribunal, mormente tendo dado em todos os despachos que até agora assistio tanta satisfação”³⁰.

No outro pólo temos a actuação do arcebispo de Évora D. Teotónio de Bragança (1578-1602)³¹. Este, ao invés do prelado conimbricense e, creio poder afirmá-lo a partir dos indícios existentes, em sentido contrário ao da maioria dos seus congéneres, teve várias pendências com o Santo Ofício no intuito de defender o que considerava ser a sua legítima jurisdição e a representação pública do seu estatuto³². Raramente assistia aos despachos na Inquisição de Évora³³ e recusou-se mesmo a fazê-lo na presença do inquisidor Rui Pires da Veiga³⁴, viu alguns dos representantes que

³⁰ Cf. IAN/TT, Conselho Geral do Santo Ofício, *Correspondência recebida da Inquisição de Coimbra*, Livro 95, fl. não numerado, carta 46.

³¹ Existem já bastantes estudos sobre a vida e acção deste arcebispo, se bem que nenhum aflore a questão das suas relações com a Inquisição. Ver Nicolau Agostinho, *Relaçam summaria da vida do senhor Dom Theotonio de Bragança*, Évora, Francisco Simoes, 1614; J. Pinharanda Gomes, *O arcebispo de Évora D. Teotónio de Bragança (escritos pastorais)*, Braga, Ed. autor, 1984; Durval Pires de Lima, “Dois arcebispos da Casa de Bragança: D. Teotónio e D. Martinho de Portugal”, *Anais da Academia Portuguesa de História*, vol. 31, 2ª série, (1986), p. 55-132; o melhor é Federico Palomo, “La autoridad de los prelados postridentinos y la sociedad moderna. El gobierno de don Teotonio de Braganza en el arzobispado de Évora (1578-1602)”, *Hispania Sacra*, Vol. XLVII, nº 95 (1995), p. 587-624.

³² Não foi apenas face ao Santo Ofício que o prelado procurou defender a sua jurisdição. Isso aconteceu, de igual modo, em relação ao cabido da catedral e às Ordens Militares. Sobre o assunto ver Federico Palomo, “La autoridad de los prelados postridentinos...”, *op. cit.*, p. 607-621.

³³ Em carta do próprio, datada de 6 de Junho de 1587, dirige-se ao inquisidor-geral e afirma: “As minhas indisposições me obrigão a não poder assistir a todas as cousas de meu officio como eu desejo e particularmente nas do santo officio a que sou muito inclinado polo zelo que tenho do serviço que nellas se fas a Deus e polo que importa fazerse com autoridade e gravidade e exacção que requerem negocios em que vai a alma, a honra, a vida, a fazenda de muitos e o credito ou descredito das cousas de nossa santa fee com estes herejes e infieis”, cf. IAN/TT, Conselho Geral do Santo Ofício, *Correspondência recebida de arcebispos e bispos*, Livro 91, fl. não numerado, carta 15.

³⁴ Sobre todas estas polémicas entre o arcebispo e o inquisidor e cónego Rui Pires da Veiga, a merecerem detalhada reconstituição, ver IAN/TT, Conselho Geral do Santo Ofício, *Cartas que os Senhores Inquisidores Gerais escreverão ao conselho e respostas de consultas que o conselho fez sobre varias materias*, Livro 130, fl. 18 e seguintes; Conselho Geral do Santo Ofício, *Correspondência recebida de arcebispos e bispos*, Livro 91, fl. não

nomeou para o mesmo despacho serem vetados pelos inquisidores³⁵, teve disputas por causa do lugar e do tipo de cadeira que queria para si nos

numerado, carta 15 e Conselho Geral do Santo Ofício, *Correspondência recebida das inquisições de Lisboa e Évora*, Livro 97, fl. não numerado, cartas 39, 46 e 47. Para aqui, importa apenas referenciar o caso, para o que se invoca uma consulta do Conselho Geral, datada de 13 de Agosto de 1593, através da qual se toma conhecimento de que o arcebispo de Évora escreveu para o inquisidor-geral a dizer que não assistiria a despachos de processos na Inquisição de Évora, na presença do Inquisidor Rui Pires da Veiga. Os deputados do Conselho afirmam, na sequência disso, que “visto como o inquisidor Rui Pires da Veiga he hum dos Inquisidores de que se tem maior confiança por suas boas letras e virtude e fazer os negocios do Santo Ofício com muita inteireza e haver creado os processos que se hao de despachar que são muitos e graves, de que he necessario de que dê informação, deve V. A. ser servido que não saia da dita Inquisição e assista ao despacho e que se o arcebispo tiver pejo despachar com elle devja V. A. dar ordem que nomeasse hum letrado canonista em que concorram as partes necessarias e lhe cometta suas vezes para assistir no despacho como ordinario e isto seria de mais importancia para o bom despacho dos negocios que acharse ali o arcebispo com D. João seu sobrinho [trata--se de D. João de Bragança, que era inquisidor de Évora e sobrinho do arcebispo D. Teotónio de Bragança]. E quanto as causas que o arcebispo alega de ter pejo de estar com Rui Pires não fazem a proposito do que ele requiere porque he materia de Justiça que se trata com o Inquisidor e o cabido em que se não pode dar determinação sem ouvirem as partes e o inquisidor pelas certidões que manda o arcebispo parece que procede com justificação e que não deve ser por isso molestado”. A seguir, em fl. não numerado, aparece uma da carta do arcebispo “Queixasse muito o arcebispo d’Evora do inquisidor Ruy Pires da Veiga e ha dias que isto dura e agora presentemente o faz sobre a materia da certidão junta a este memorial. Diz que o ditto inquisidor foi seu vigario geral e lhe pedio então a conesia que agora tem, que o arcebispo lhe deu e que processandosse diante do ditto vigario a causa porque foi tirado ao conego Gaspar Dias a sua conesia, per onde se ouve a conesia por vaga e pretendendo-a elle vigario, o arcebispo se escusou de lha dar estranhando-lhe ser elle nisto parte avendo sido juiz, o que Ruy Pires não recebeu bem, e se despediu logo do Arcebispo e lhe não entrou mais em casa senão em Lisboa, per mandado de S. A. e depois quando o arcebispo veio a Evora e lhe intentou suspeições indecentes apresenta o arcebispo estas cousas a S. A. e lhe lembra que avendo de aver despacho do Santo Ofício em que elle se hade achar e tambem o ditto Ruy Pires da Veiga deve S. A. aver por bem que não estem ambos nelle”.

³⁵ Ver IAN/TT, Conselho Geral do Santo Ofício, *Correspondência recebida de arcebispos e bispos*, Livro 91, fl. não numerado, carta 15. Reporto-me a carta do arcebispo, já referida, datada de 6 de Junho de 1587, na qual diz que há uns dias que escreveu ao inquisidor-geral comunicando que nomeara para o substituir no despacho da Inquisição um fr. Simão da Luz, dominicano, doutor em teologia e seu confessor, justificando “e o tomei (por confessor) depois de feitos muitos exames se tinha alguma raça de christão novo, ou algum impedimento para me não confessar com elle e poder-lhe comunicar os negocios de que tivesse escrupollo em materias do Santo Ofício”. Comunicou esta decisão ao inquisidor Lopo Soares que lhe mandou dizer que este padre não podia assistir ao

autos-da-fé a que assistia ³⁶, declarou que anularia processos votados a final no Santo Ofício sem que ele ou um seu representante a eles tivessem

despacho por ter “impedimento”. O arcebispo quis então saber qual o impedimento e o inquisidor teria respondido que não lho podia dizer, ao que ele retorquiu “que ainda que era [ele D. Teotónio de Bragança] pobre bispo, que era ordinario e que os inquisidores eram nossos coadjutores e o que constava naquella mesa aos inquisidores e deputados me devia a mim constar por todas as vias; nem isto bastou, dizendome que tinha escrupullo de mo dizer temendo que tivesse eu a meu confessor em menos conta. Veja V.A se he razão que por cousa em que ao Doutor Lopo Soares lhe parece que não he de qualidade para eu ter ao padre frey Simão da Luz em menos conta, fique elle desonrado e eu muito mais em me haver confessado com elle e se trate de minha pessoa e dignidade com tão pouca confiança quando eu sem a dignidade e sem as caans que agora tenho e experiencia, visitei o Santo Officio desta cidade, onde alem dos inquisidores ordinarios se devassou de Miguel de Coadros, bispo da Guarda e de Dom Miguel de Castro, arcebispo de Lisboa. E esta devassa devia V.A. de ver em pessoa so porque tenho visto muito pouco effeito della avendo algumas cousas de importancia que prover. Beijarei as mãos a V.A. mandar que não avendo inconveniente que se aceite a pessoa que eu como ordinario nomeo e avendo se me declare, para nomear outro. E pois eu corro nesta materia conforme o direito razão he que conforme a elle se me responda; e não daa a See Apostolica estes cargos aos inquisidores em menosprezo dos bispos”. Acrescenta ainda que, no ano anterior, os inquisidores de Évora lhe pediram por carta comissão para sentenciar um processo. Ele nomeou um padre que era o provincial dos dominicanos e soube que não o foram chamar. Há cartas da Inquisição de Évora para o Conselho sobre isto em IAN/TT, Livro 97 do Conselho Geral, cartas 9-11. Fr. Simão da Luz tinha sido ouvido na Inquisição e sentenciado a retratar-se de posições defendidas entre os seus alunos, no Colégio da Rainha, em Lisboa. De facto, o próprio confessor que advogara que os santos que estavam em glória não podiam rogar pelas almas do Purgatório. A setença foi emitida em 2 de Dezembro de 1577, ver IAN/TT, Inquisição de Lisboa, processo nº 12077.

³⁶ Ver IAN/TT, Conselho Geral do Santo Ofício, *Consultas que o Conselho fez aos Senhores Inquisidores Gerais e suas respostas*, Livro 129, fl. 146. Trata-se de consulta datada 25 de Fevereiro de 1595, pela qual o Conselho notifica o inquisidor-geral que foi avisado pelos inquisidores de Évora, como, no último auto-da-fé, D. Teotónio de Bragança assistiu ao auto sentado “em cadeira de estado” e não em banco como os inquisidores e como era costume dos prelados, o que mereceu o seguinte comentário dos deputados: “E porque isto he cousa nova e de muito periuizo pera a authoridade do santo oficio e dos inquisidores que naquelle dia representão ali a pessoa de V. A. e sera occasião para os mais prelados deste Rejno pretenderem tãoobem ter cadeira destado nos autos publicos da fee e se perturbar a boa ordem que sempre nisto ouve”. Aconselham o inquisidor-geral a que escreva ao arcebispo, informando-o que nos autos se deve sentar num banco, junto aos membros do seu cabido, do lado da Epístola “pois os Inquisidores estão tãoobem assentados em banco e são legados de S. Santidade e superiores neste particular; e que ninguem naquelle dia lhes deve preceder senão só o inquisidor geral”. A finalizar acrescentam: “E porque o arcebispo he duro de condiçam e pouco affecto as cousas so Santo Officio” aconselham ainda o inquisidor geral a dar conta disto ao rei, para que este também lhe escreva.

assistido, ameaçou mesmo que recorreria ao Papa em defesa dos seus direitos ³⁷, o que, no entanto, parece nunca ter feito ³⁸. Este clima de tensão e até declarado conflito está bem patente em consulta do Conselho Geral para o Inquisidor, datada de 1 de Julho de 1594, quando os deputados, com base nas informações que recebiam dos inquisidores de Évora e queixas do arcebispo advogam: “Pelo que não há que deferir as queixas que o arcebispo faz a Vossa Alteza nesta carta; somente lembramos a Vossa Alteza que é razão que o arcebispo tenha mais respeito ao Santo Officio e ministros dele e que não possa cuidar nem dizer a Vossa Alteza que nele há desordens e que há-de dar conta delas a Sua Santidade e que se lhe signifique com quanto segredo, autoridade e honra deve tratar as cousas da Inquisição e

O inquisidor-geral concordou com as sugestões, mas achou que se devia apenas actuar nas proximidades do auto seguinte. Pouco tempo depois, o inquisidor-geral escrevia directamente ao arcebispo dizendo-lhe que no passado ele se sentava em cadeira, por vezes do lado do Evangelho, o que é muito escandaloso na cidade e diminuí a autoridade do Santo Officio que naquele lugar é superior à dos prelados. E que em Castela os bispos se sentam em banco com o seu cabido do lado da Epístola. Pede-lhe que futuramente ele proceda como sempre fizeram os seus antecessores e todos os prelados do reino e se sente em banco, com o cabido, do lado da Epístola, ver IAN/TT, Inquisição de Coimbra, *Caderno de provisões cartas e outros papeis desde o anno de 1536 athe todo o ano de 1599*, Livro 271, fl. 381.

³⁷ Ver IAN/TT, Conselho Geral do Santo Officio, *Correspondência recebida das inquisições de Lisboa e Évora*, Livro 97, fl. não numerado, carta 97. Trata-se de carta dos inquisidores de Évora para o Conselho, de 3 de Junho de 1594, na qual dizem: “Oje nos disse Martim Afonso de Melo, deputado deste Santo Officio, que ouvira dizer ao inquisidor Dom João de Bragança que o arcebispo no dia do Auto avia de mandar protestar que as sentenças dadas sem elle ou seu comissário eram nullas e que depois de sairem as pessoas contra quem se derão lhe avia de dizer que requeressem sua justiça acerca de suas fazendas, porque tudo fora nulo e as não perderão. Bem cuidamos que nenhuma destas cousas fara. Mas porque he possivel que as faça e se pode isso arrecear pello muito que tem feito neste particular” acharam por bem avisar o Conselho e prosseguem: “Tambem he costume na semana do auto mandarem recado ao arcebispo per hum dos notarios do secreto pedindolhe se queira achar nelle. Duvidamos mandarho agora porque entendemos que nao deve deferir a isso e que lhe damos occasião a que pelo mesmo notario nos mande fazer alguns requerimentos. Pedimos a VA nos faça merce mandarnos avisar do que tambem nisto devemos fazer”.

³⁸ Apesar das ameaças não deve tê-las executado. Na série de cartas dos prelados dirigidas ao papa existente no Archivio Segreto Vaticano não se encontram cartas suas sobre a matéria e, muito significativamente, em correspondência abundante que trocou com o legado Fabio Biondo, há imensas referências aos recursos que fez para a Santa Sé por causa das suas pendências com as Ordens Militares, mas nada relativo a desentendimentos com a Inquisição, ver Archivio Segreto Vaticano (a partir de agora sempre ASV), Fondo Confalonieri, n° 33, fl. 400 e seguintes.

ministros della. E que quando não quiser assistir em pessoa aos despachos dos processos dos seus subditos nomeie um desembargador canonista da sua Relação que esteja sempre na cidade para assistir por ele, de que o Santo Officio tirará primeiro informação de sua limpeza e com isto cessarão todas estas queixas”³⁹.

É de notar que estes litígios não significam, da parte do prelado, total oposição à acção do Santo Offício. Pelo contrário, quando, no ano de 1602, se faziam esforços para evitar o anunciado perdão geral dos cristãos-novos, o Conselho Geral do Santo Offício escreveu a D. Teotónio para que ele fosse a Valhadolide, conjuntamente com os arcebispos de Lisboa e Braga, com o intuito de tentar convencer o rei dos prejuízos que essa decisão traria para a preservação da integridade religiosa do reino⁴⁰. A escolha pode ter sido ditada pelo lugar institucional ocupado pelo arcebispo, mas apesar dos conflitos passados não deixou de se fazer. A morte de D. Teotónio, em 29 de Julho desse ano de 1602, tolheu este desejo do Conselho.

Podiam dar-se outros exemplos de bispos que mantiveram boas relações com a Inquisição ou que com ela tiveram conflitos. Não houve uma posição única e corporativa do episcopado nesta matéria. Como em muitos outros assuntos⁴¹, verificaram-se múltiplas actuações, que dependeram das pessoas, das suas relações clientelares e familiares, das suas carreiras, das conjunturas. Mas a tese que aqui procurarei sustentar é a de que em Portugal, desde o período do estabelecimento da Inquisição e durante toda a sua fase de organização o paradigma dominante foi o do bispo de Coimbra⁴². Ou seja, apesar de alguns desentendimentos pontuais, talvez

³⁹ Cf. IAN/TT, Conselho Geral do Santo Offício, *Cartas que os Senhores Inquisidores Gerais escreverão ao conselho e respostas de consultas que o conselho fez sobre varias materias*, Livro 130, fl. 23v.

⁴⁰ Ver IAN/TT, Conselho Geral do Santo Offício, Maço 10, documento 16 (é uma cópia e não o original).

⁴¹ Sobre a noção da Igreja enquanto corpo heterogéneo atravessado por múltiplos conflitos e diversas estratégias de actuação ver José Pedro Paiva, “A Igreja e o poder” in Carlos Moreira Azevedo (dir.), *História Religiosa de Portugal*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2000, vol. II, p. 135-138.

⁴² Outros exemplos de bispos cooperantes já identificados são os de Rodrigo Pinheiro (bispo do Porto entre 1552-72), Gaspar do Casal (bispo de Leiria entre 1557-79 e de Coimbra entre 1579-84), Pedro Leitão (bispo da Bafa entre 1558-75), Jorge de Ataíde (bispo de Viseu entre 1568-78), Pedro de Castilho (bispo de Angra entre 1578-1583 e de Leiria entre 1583-604), António Teles de Meneses (bispo de Miranda entre 1579-98), Marcos de Lisboa (bispo do Porto entre 1581-91), João Afonso de Meneses (arcebispo de

mais vivos nos anos que se seguiram a Trento, posteriores ao aumento dos poderes inquisitoriais que o cardeal D. Henrique foi granjeando para o Tribunal, as relações entre a Inquisição e os prelados diocesanos foram, em geral, de grande cooperação e até de complementaridade. É isso que se tentará demonstrar no capítulo seguinte.

2. Formas de cooperação

O apoio do episcopado português à Inquisição manifestou-se desde os primórdios da instalação definitiva desta, em 1536. O próprio projecto de criação do Tribunal não suscitou reacções adversas conhecidas da parte dos bispos ⁴³. A sintonia entre os dois poderes fica logo evidente nos ritos de estabelecimento do Tribunal. De facto, apenas dois dias após a aceitação da bula de fundação definitiva da Inquisição, em cerimónia realizada em Évora, o inquisidor-mor e bispo de Ceuta, D. Diogo da Silva, num dos primeiros actos que se lhe conhece, dirige-se ao arcebispo da cidade, o cardeal D. Afonso (irmão do rei), solicitando todo o apoio para a sua execução, tendo-se o arcebispo comprometido a dar toda ajuda pedida. Deste

Braga entre 1581-87), Nuno de Noronha (bispo de Viseu entre 1586-94 e da Guarda de 1594-1608), Agostinho de Castro (arcebispo de Braga entre 1587-1609), Francisco Cano (bispo do Algarve entre 1589-93), Fernão Martins Mascarenhas (bispo do Algarve entre 1594-1616) e Constantino Barradas (bispo da Baía entre 1602-18).

⁴³ Alexandre Herculano referiu dois bispos que foram pouco atreitos à perseguição de cristãos-novos, mas não demonstra que tenham sido contra a criação do Tribunal, ver Alexandre Herculano, *História da origem e estabelecimento da Inquisição em Portugal*, Lisboa, Bertrand, 1975, tomo I, p. 208-211 (a edição original desta obra é de 1854-59). O assunto foi retomado, com novos dados, por Giuseppe Marcocci que, apesar de revelar como houve uma prática relativamente branda do bispo do Algarve, D. Fernando Coutinho, e do prelado funchalense, D. Diogo Pinheiro, que teriam actuado, pelos anos trinta de Quinhentos, contra cristãos-novos nas respectivas dioceses, normalmente absolvendo-os das acusações de judaísmo e sugerindo a necessidade de serem catequizados, não apresenta nenhum dado demonstrativo de que qualquer um deles se tenha oposto à acção do Tribunal do Santo Ofício, ver Giuseppe Marcocci, *I tribunali della fede in Portogallo nell'età del concilio di Trento*, op. cit., p. 16-17. Conhecem-se também casos de bispos que perseguiram cristãos-novos com ferocidade como, por exemplo, o bispo de Ceuta D. Henrique de Coimbra que, em 1528, condenou à morte pelo fogo alguns de Olivença, ver I.-S. Révah, *Études portugaises*, Paris, Fundação Calouste Gulbenkian, 1975, p. 199. Na diocese de Coimbra, em 1533, teriam sido executados dois cristãos-novos por determinação episcopal de D. Jorge de Almeida, ver Maria José Pimenta Ferro Tavares, *Judaísmo e Inquisição (...)*, op. cit., p. 150.

acto, com um profundo significado simbólico, mas que teve consequências práticas, foi inclusive lavrado um registo notarial ⁴⁴.

Nos anos seguintes, a envolvimento dos prelados no processo de enraizamento do Tribunal não parou ⁴⁵. Há disso alguns sinais. Por um lado, o facto de o bispo de Coimbra, D. Jorge de Almeida, que fora nomeado inquisidor pela bula de 1536, ter exercitado de facto a sua acção de inquisidor ⁴⁶. Por outro, em 1541, quando se decidiu estabelecer tribunais distritais no Porto e Lamego, o rei escreveu aos bispos das dioceses encarregando-os dessa missão ⁴⁷. Também o primeiro nomeado para inquisidor de Coimbra, na mesma altura, foi um bispo, o de S. Tomé, frei Bernardo da Cruz. Posteriormente, em 1552, quando por ordem do inquisidor geral D. Henrique se elaborou o primeiro regimento do Tribunal, peça fundamental da definição do seu estatuto, competências e organização, este solicitou a participação do arcebispo de Braga, Baltasar Limpo e dos bispos de Angra e Algarve, respectivamente Rodrigo Pinheiro e João de Melo e Castro ⁴⁸. Estes últimos eram membros do Conselho Geral do Santo Offício, órgão de cúpula do Tribunal, no qual, desde cedo, foi regular a presença de bispos ⁴⁹.

⁴⁴ Sobre os rituais de fundação do Tribunal ver Francisco Bethencourt, *História das Inquisições...* op. cit., p. 22-23.

⁴⁵ Francisco Bethencourt já notara este envolvimento dos bispos no processo de implantação do Tribunal, ver Francisco Bethencourt, "Campo religioso e Inquisição em Portugal no século XVI", *Estudos Contemporâneos*, n.º 6, 1984, p. 48.

⁴⁶ Prova-o um processo actualmente na Inquisição de Lisboa, onde aparece um documento, datado de 19 de Agosto de 1541, pelo qual o bispo concede poderes ao seu vigário geral para "tomar inteiro conhecimento e proceder" contra acusados de heresias no território do bispado "por viam visitationis ou inquisitionis conforme o direito", cf. IAN/TT, Inquisição de Lisboa, processo n.º 2068, fl. 3. Este processo vem definitivamente provar o que sobre a acção de Jorge de Almeida enquanto inquisidor escreveu Pedro Monteiro, "Notícia geral das Santas Inquisições deste reino e suas conquistas, ministros e officiaes de que cada huma se compoem" in *Collecção dos documentos e Memórias da Academia Real*, Lisboa, Pascoal da Sylva, 1723, p. 471.

⁴⁷ A carta de D. João III para o bispo do Porto está publicada em António Baião, *A Inquisição em Portugal e no Brasil...*, op. cit., p. 27. Sobre a acção do bispo do Porto enquanto inquisidor ver Elvira Mea, "A Inquisição do Porto", *Revista de História - Centro de História da Universidade do Porto*, vol. II (1979), p. 5-17.

⁴⁸ O participação dos bispos é, significativamente, declarada logo no Prólogo do Regimento, ver *Regimento da Santa Inquisição*, publicado por BAIÃO, António - *A Inquisição em Portugal e no Brasil...*, op. cit., documento XXXI, p. 31.

⁴⁹ Uma relação dos indivíduos que compuseram este órgão pode ver-se em Maria do Carmo Dias Farinha, "Ministros do Conselho Geral do Santo Offício", *Memória*, n.º 1, 1989, p. 102-163.

Alguns dos seus membros, depois de abandonarem o Conselho em virtude da sua nomeação para algum bispado, e portanto já na sua condição de bispos, ainda foram chamados para efectuar visitas aos tribunais distritais da Inquisição, mais uma prova da confiança do Inquisidor geral em alguns e até da interferência que estes tinham no funcionamento concreto do Tribunal ⁵⁰.

A aliança dos dois poderes foi também evidente em alguns momentos críticos da vida do Tribunal. Assim, nos anos de 1604-1605, quando tudo se preparava para a concessão de um perdão geral aos cristãos-novos, facto que se veio a consumir, os prelados do reino, desta vez em corpo, prepararam um parecer que enviaram ao rei, tentando convencê-lo dos prejuízos que essa medida traria ⁵¹.

E se outros dados faltassem, podia ainda justificar-se esta tese da cooperação dos prelados com o Tribunal, através das explícitas declarações do zelo e empenhamento nas causas do Tribunal da Fé que, por carta, muitos quiseram deixar registadas. Veja-se, como exemplo, a que o bispo de Coimbra, D. Gaspar do Casal, que participara no Concílio de Trento, escreveu para o Conselho Geral, em 19 de Fevereiro de 1582: “Em todas as cousas que se oferecerem do Santo Oficio assim no temporal como no espiritual receberei sempre muito grande merce mandarem VM occuparem-me particularmente nelas como aos próprios ministros desta casa; porque deste officio se devem os prelados honrar muito pois é o próprio seu. A pregação farei e no despacho dos feitos assistirei quando tiver recado e com muito gosto e desejo de em tudo fazer o que for serviço de

⁵⁰ Assim sucedeu, por exemplo, com o bispo de Lamego, em 1581, D. António Teles de Meneses, que visitou o tribunal distrital de Coimbra. Referências a esse facto em IAN/TT, Conselho Geral do Santo Oficio, *Correspondência recebida de arcebispos e bispos*, Livro 91, fl. não numerado, cartas 58 e 59.

⁵¹ Uma versão castelhana pode ver-se em IAN/TT, Conselho Geral do Santo Oficio, Maço 1, documento 13, *Razões dos prelados e Inquisição para o rei não interceder pelo perdão geral*. Entre as razões apontadas para que o perdão geral não fosse concedida destaquem-se: porque a experiência demonstra que os perdões gerais que em diversos tempos e lugares se concederam no passado a esta gente foram de grande dano e prejuízo; a impetência dos judeus que faz com que não valha a pena dar-lhes qualquer perdão, pois este só teria sentido se esta gente se mostrasse arrependida, mas revela a experiência “dos prelados del reino que son seus pastores y los inquisidores que son las viglias...” que tal não sucede e que eles não se arrependem; o perdão causaria ainda notável dano ao tribunal do Santo Oficio e consequente prejuízo da pureza da fé, ou seja, o perdão traria o descrédito ao Santo Tribunal e permitiria o regresso a Portugal de muitos judeus que prejudicariam gravemente a pureza da fé no reino.

Nosso Senhor e salvação dos presos e em tudo o mais que se oferecer trabalharei por cumprir com esta tão devida obrigação”⁵².

De que formas, porque meios e em que áreas se manifestou em concreto essa cooperação entre os bispos e a Inquisição?

Desde o início, a Inquisição usou as estruturas episcopais pré-existentes como forma de apoio à sua acção. Essa utilização verificou-se em vários planos:

- a) na definição da geografia dos tribunais distritais, que depois de algumas experiências frustradas se consolida definitivamente, em 1565, com a criação do Tribunal Distrital de Coimbra, decalcando as fronteiras das dioceses, para assim aproveitar as suas estruturas pré-existentes e as informações que os prelados poderiam fornecer. A partir desta data, e até à extinção do Santo Ofício, em 1821, existiram três tribunais distritais no continente: Évora (com jurisdição sobre os habitantes dos territórios das dioceses do Algarve, Évora, Elvas e Portalegre), Lisboa (com jurisdição sobre os residentes nas dioceses de Lisboa, Leiria, Guarda e todos os territórios do império ultramarino à excepção dos do Oriente que ficavam sob a alçada da Inquisição de Goa, criada em 1560) e Coimbra (que integrava as áreas correspondentes às dioceses de Coimbra, Viseu, Porto, Lamego, Braga e Miranda)⁵³;
- b) no aproveitamento das igrejas paroquiais espalhadas por todo o território, sob a autoridade dos prelados, para a leitura e divulgação dos éditos da fé e de outros avisos oriundos da Inquisição⁵⁴;

⁵² Cf. IAN/TT, Conselho Geral do Santo Ofício, *Correspondência recebida de arcebispos e bispos*, Livro 91, fl. não numerado, carta 29. Outros exemplos semelhantes, na mesma fonte, cartas 2 e 6.

⁵³ Sobre a estruturação deste rede ver Francisco Bethencourt, *História das Inquisições...* op. cit., p. 44-46.

⁵⁴ Ver, por exemplo, duas cartas dirigidas à Inquisição de Coimbra. Na primeira, em 27 de Agosto de 1585, o Conselho Geral informa que o rei soube que nos 3 ou 4 anos anteriores muitos cristãos-novos se ausentaram do reino, levando consigo os bens e família e pede que dessem informação de quantos eram com rigor “e por nos parecer que o melhor meio pera se saber distintamente destas pessoas he por via dos curas das freguesias, escrevemos aos bispos desse distrito na forma que VV MM verão pella copia da carta que com esta sera VVMM lhe mandem logo as cartas e lhes escrevaio por carta sua o que lhes parecer necessario”, cf. AN/TT, Inquisição de Coimbra, *Caderno de provisões cartas e outros papeis desde o anno de 1536 athe todo o ano de 1599*, Livro 271, fl. 224. Numa segunda missiva, em 16 de Dezembro de 1588, o inquisidor-geral comunica a sentença de uma prioreza do mosteiro da Anunciada de Lisboa, de acordo com a qual se deviam recolher

- c) no uso dos funcionários da administração episcopal para exercitarem diligências em nome do Santo Ofício ⁵⁵;
- d) na recepção de informações e processos dos tribunais dos bispos ⁵⁶;

panos que ela distribuíra com sinais das suas chagas e outros objectos que dava como relíquias, acrescentando: “por minha carta encomendo ao bispo conde e aos mais prelados desse distrito que fação publicar um mandado(ordem) que pera isso passei de que tambem vos será dada cópia e que nomeiem algumas pessoas para que recolham todas as ditas coisas e vo-las enviem”, cf. IAN/TT, Inquisição de Coimbra, *Caderno de provisões cartas e outros papeis desde o anno de 1536 athe todo o ano de 1599*, Livro 271, fl. 280.

⁵⁵ Podiam referir-se centenas de casos. Bom exemplo em IAN/TT, Inquisição de Lisboa, processo nº 94. Trata-se de um processo contra Teresa Gomes, por judaizante, desencadeado em 1579. Nele a Inquisição pediu ao provisor e vigário geral do bispado da Guarda para, em nome da Inquisição, ir notificar testemunhas para comparecerem na Mesa da Inquisição, incumbindo de outras funções um arcipreste de Castelo Branco. Também no Brasil, e como é de supor noutros territórios do império antes da instalação de uma rede autónoma da Inquisição, que não está montada antes do século XVIII, se usaram os “serviços” de funcionários da administração episcopal. Em 1597, 1600, 1601 e 1605 o Santo Ofício fez vários pedidos de diligências ao vigário geral de Pernambuco e a outros oficiais da justiça episcopal, entre os quais se contam mandatos de prisão e acções de audição de testemunhas, dados revelados por Bruno Feitler, *Inquisition, juifs et nouveaux-chrétiens au Brésil. Le Nordeste XVIIe et XVIIIe siècles*, Leuven, Leuven University Press, 2003, p. 90-91.

⁵⁶ Há imensos processos na Inquisição que foram despoletados a partir de informações remetidas pelos tribunais episcopais. Suspeitamos que um inventário sistemático dos processos inquisitoriais inquirindo a origem das informações que estiveram na sua origem revelará dados muito significativos a este respeito. Na ausência desse inventário, dêem-se alguns exemplos: IAN/TT, Inquisição de Lisboa, processo nº 2246 (trata-se de um processo por bigamia contra um Francisco Rodrigues, desencadeado perante o vigário-geral da diocese do Porto, no tempo em que era bispo D. Fr. Baltasar Limpo, pela primeira mulher do réu, no ano de 1547. O réu foi depois remetido à Inquisição de Lisboa onde deu entrada em 1551); Inquisição de Coimbra, processo nº 3159 e 3160 (trata-se de um processo de sodomia contra Catarina Luís, iniciado em 1587, pelo vigário geral de Chaves, que a acusava de “com prejuizo da sua alma e escandalo do povo” cometer “o pecado de sodomia” com Maria Dias, também ela casada, “com a qual foi vista na cama hua em cima da outra com certo virgalho feito per a dita conversação beijandosse e abraceandosse e come-teo o ditto pecado de sodomia sem se querer apartar delle”. O processo foi posteriormente remetido ao Tribunal do arcebispo em Braga, sede vacante, que determinou, em acordão de Maio de 1587: “que vista a qualidade do caso mandao que estes autos se tresladem e se levem ao Santo Oficio da cidade de Coimbra na forma acostumada”. A ré acabou por falecer nos cárceres da Inquisição de Coimbra, intoxicada pelo fumo provocado pela combustão de umas brasas, em 18 de Fevereiro de 1589). Na Inquisição de Coimbra chegou mesmo a haver um livro para registar as culpas que eram remetidas pelos bispos, cf. IAN/TT, Inquisição de Coimbra, *Caderno de denunciaoens que derão pessoas particulares contra outras e de algumas que se remeterão dos ordinarios (1551-1591)*, Livro 79.

- e) no serviço dos aljubes episcopais para a prisão dos seus réus ⁵⁷ e até pedindo aos bispos que prendessem pessoas para as enviarem para a Inquisição ⁵⁸;
- f) no apoio dos bispos para a realização das visitas inquisitoriais ⁵⁹.

A cooperação entre as duas esferas não se esgotou nestes aspectos mais estritamente ligados ao exercício da actividade repressiva do Tribunal, ou se se preferir, que implicava o julgamento de réus. Outras áreas houve onde a Inquisição recorreu ou usou o poder episcopal:

- a) Na fundamentação doutrinal e ideológica da acção do Santo Ofício, de que há ecos através da pregação de sermões em autos-da-fé, da elaboração de pareceres e da consulta dos prelados na preparação de um catecismo doutrinal para os cristãos-novos ⁶⁰.

⁵⁷ Assim sucedeu com a Inquisição do Porto, ver Elvira Mea, "A Inquisição do Porto", in *op. cit.*, p. 9.

⁵⁸ Ver Paulo Drumond Braga, *A Inquisição nos Açores*, *op. cit.*, p. 182.

⁵⁹ Tal sucedeu de forma muito significativa, pelo menos, nas visitas às ilhas, como mostra Fernanda Olival para o caso da visita à Madeira, nos anos de 1591-92. De facto, os casos que foram sentenciados no local resultaram de um colectivo formado pelo visitador (o inquisidor Jerónimo Teixeira Cabral), pelo vigário geral da diocese em representação do bispo, mais dois religiosos franciscanos e o reitor do Colégio dos Jesuítas. A leitura das sentenças foi sempre feita em estrado especialmente construído no interior da Sé catedral, cf. Fernanda Olival, "A visita da Inquisição à Madeira em 1591-92" in *Actas do III Colóquio Internacional de História da Madeira*, Funchal, Secretaria Regional do Turismo e Cultura, 1993, p. 499-501. Em algumas dioceses italianas os inquisidores chegaram a acompanhar os visitantes dos bispos durante a visita pastoral para fazer inspecções sobre comportamentos heréticos, como sucedeu, por exemplo, em 1559, na visita de Strigno, ver Andrea del Col, "La confessione di fede di un gruppo eterodosso in Valsugana nel 1559" in Andrea del Col et Rosanna Paroni Bertoja (a cura di) – *Sotto il Segno di Mennochio*, Montreale Valcellina, Circolo Culturale Mennochio, 2002, p. 124-125. Não tenho notícia de que isso ocorresse em Portugal.

⁶⁰ O elenco e o conteúdo dos sermões conhecidos, pregados por bispos nos autos-da-fé mereciam um estudo. Veja-se um exemplo em Manuel Augusto Rodrigues, "D. Afonso de Castelo Branco...", *op. cit.* Sobre a criação de um catecismo específico para os cristãos-novos, ideia desencadeado em 1589 pelo inquisidor-geral, e que contou com a oposição da maioria dos bispos, ver Elvira Cunha de Azevedo Mea, *A Inquisição de Coimbra no século XVI. A instituição, os homens e a sociedade*, Porto: Fundação Eng. António de Almeida, 1997, p. 474. Alguns dos pareceres dos bispos sobre este assunto tinham preocupações com a protecção do estatuto do Tribunal. Por exemplo, o bispo de Viseu, em Janeiro de 1593, opõe-se à ideia, por achar que a função da Inquisição é julgar e não se pode expor, por via da publicação do catecismo, a que depois haja polémica, cf. IAN/TT, Conselho Geral do Santo Ofício, *Correspondência recebida de arcebispos e bispos*, Livro 91, fl. não numerado, carta 64.

- b) Na preparação dos índices de livros proibidos ⁶¹;
- c) Na inspecção e controlo dos portos marítimos para impedir a entrada de livros suspeitos ⁶²;

⁶¹ Veja-se a minuta da carta que o inquisidor-geral enviou para o bispo do Algarve, Fernando Martins Mascarenhas, em 1597. Nela se diz que estando em curso a revisão do *Index* “e sendo o negocio de tal qualidade me pareceo que a ninguem com mais razão se podia pedir avisos e conselho sobre elles que a V. S. que como tão insigne teologo, e tão curioso de livros, e tão experimentado em governo de letrados e de escolas, tem as partes humanamente requeridas para acertar nelle e como bispo tera particular assistencia de Deus para isso. E assi peço a V.S. me faça merce (alem da cousa ser tão propria da obrigação episcopal e tanto de serviço de Deus, e da Se Apostolica, de S. Magestade e bem destes reinos) que refresque a memoria do que acerca desta materia tiver considerado e observado e me mande sobre elas as advertencias que julgar oportunas”, cf. IAN/TT, Conselho Geral do Santo Officio, *Consultas do Conselho aos Inquisidores Gerais*, Livro nº 369, fl. 87.

⁶² Note-se que esta inspecção era já realizada pelos prelados e que alguns a continuaram a efectuar, pelo menos até finais do século XVI. Quando a Inquisição quis começar a controlar os portos pediu informações aos prelados e sugestões de pessoas que pudessem desempenhar tais funções, como se pode comprovar por cartas do arcebispo de Braga e do bispo do Porto, ver IAN/TT, Conselho Geral do Santo Officio, *Correspondência recebida de arcebispos e bispos*, Livro 91, fl. não numerado, cartas 1 e 66. A carta do arcebispo de Braga, está datada de 1 de Agosto de 1583 e nela o prelado informa: “Os portos de mar que a neste arcebispado, o primeiro vindo dessa parte é Villa do Conde onde não a pessoa que me pareça conveniente para V. S. lhe mandar ver os livros que ay vierem por mar, posto que tem hum mosteiro da observancia de S. Francisco onde estão dous padres que pregam, hum delles irmão de Dom Martinho de Castelo Branco e cuido que o mandarão para aly por causa de Dom Antonio. O vigario da Igreja da villa não é letrado e tambem em tempo do arcebispo meu antecessor foi preso por differentes casos. Eu sou menos suficiente que todos mas mais prompto ao serviço de VS ao que me mandar do Santo Officio; da cidade a Villa do Conde são cinco legoas, parece que seja mais seguro mandar VS ao juiz da alfandega que nam deixe entrar nenhum livro e asi ao guardião do mosteiro ou a frei Gonçalo de Castelo Branco que façam o rol dos livros e os fechem e me mandem aviso e querendo VS mandarei la huu desembargador, que os verá e faça inteiramente conforme a ordem que VS der.” Depois dá informações relativamente aos portos de Esposende, Viana, e Caminha. A carta do bispo do Porto, por sua vez, data de 14 de Julho de 1583 e nela o prelado sustenta que no bispado do Porto os livros só podem entrar pelo Porto pois não há mais portos de mar onde se descarreguem mercadorias e que “aqui achei encarregado a visita de todos os livros que vem por mar ao prior e padres de S. Domingos e eu mandei tambem ver algumas vezes e os officiais da alfandega nao guardam bem o regimento que tem da Igreja não se bolir com alguma fazenda do navio sem primeiro se ver o rol dos livros, que eu quisera ja proceder contra elles; V.S. lhes ponha sentença descomunham se primeiro que tudo não chamarem o commissario da Santa Inquisição e vir os livros. E se VS quiser ordenar commissario nesta cidade que não sejam os padres de S. Domingos pode ordenar o Doutor Manoel de Faria arcediogo do Porto e ao licenciado

- d) No financiamento do Tribunal, através da concessão de pensões impostas sobre as rendas das mesas episcopais, o que necessitava do aval dos seus titulares ⁶³.

É preciso reconhecer que os inquisidores tiveram uma aguda consciência da importância do suporte dos prelados para o exercício da sua actividade, sobretudo numa fase inicial de implantação e organização do Tribunal. É que os bispos, através das paróquias e do exercício regular das visitas, tinham um conhecimento muito mais próximo e capilar da realidade, que a Inquisição aproveitou, para obter informações e passar ordens. Isto foi particularmente evidente até aos inícios do século XVII, pelo facto de o Santo Ofício não dispor ainda de uma rede de comissários e familiares que garantisse uma cobertura efectiva de todo o território ⁶⁴. Podíamos dar vários exemplos do que se acaba de afirmar. Elegemos um bastante elucidativo. Em 13 de Agosto de 1588, Luís Gonçalves Riba Fria e Bartolomeu da Fonseca, inquisidores no distrito de Coimbra, escrevem para o Conselho Geral o seguinte: “vai-se fazendo muito cabedal com as informações dos prelados das visitas de suas dióceses com que corremos e até ajudamos e servem em vigiarem essa gente da nação e os mais casos desta mesa onde os acham e cremos que por esta via se remedearam algumas

Pedro Ferreira da Silva arcediogo de Oliveira ou ao provisor e vigario geral que são muito doutos...”.

⁶³ A partir dos anos 60, graças à acção do cardeal D. Henrique, quase todas as rendas das mitras passaram a ter impostas sobre si pensões para a Inquisição, elemento importante do financiamento do Tribunal. Essas pensões eram autorizadas pelos bispos quando eram preconizados para as dióceses, veja-se, por exemplo, ASV, Archivio Conistoriale, *Acta Camerarii*, vol. 9, fl. 17v (referente à preconização do bispo de Portalegre, D. André de Noronha, em 1560, com a imposição de uma pensão de 175 ducados para a Inquisição). Alguns bispos foram zelosos cumpridores destes pagamentos. Por carta de 1 de Julho de 1566, dirigida a André Lamego, cónego da Sé de Coimbra e recebedor geral do bispado, o bispo da cidade, D. João Soares, declara ter instituído que todos os anos o bispado desse ao Santo Ofício uma pensão de 600 mil réis, pagos em duas prestações, uma pelo S. Miguel e outra no Natal. E por estar por pagar a quantia do Natal anterior manda que se pague, cf. IAN/TT, Inquisição de Coimbra, *Caderno de provisões cartas e outros papeis desde o anno de 1536 athe todo o ano de 1599*, Livro 271, fl. 5.

⁶⁴ A rede de comissários e familiares começa a ser construída pelos anos de 1570, mas só adquire uma dimensão minimamente aceitável a partir das primeiras décadas do século XVII, ver José Veiga Torres, “Da repressão religiosa para a promoção social. A Inquisição como instância legitimadora da promoção social da burguesia mercantil”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Vol. 40, (1994), p. 109-135. Em Itália, Adriano Prosperi já reportara a existência de uma situação semelhante, ainda que com cronologias distintas, ver Adriano Prosperi, *Tribunali della coscienza...*, *op. cit.*, p. 327.

almas”⁶⁵. Elvira Mea defende mesmo que, até 1570, a Inquisição de Coimbra não procede a visitas porque as denúncias que ia recebendo da cidade e seu termo e as informações que lhe eram enviadas pelos bispos do seu distrito chegavam para alimentar a capacidade instalada que o Tribunal então tinha⁶⁶. Esta confiança na solicitude e colaboração dos bispos era mesmo afirmada pelos inquisidores gerais em correspondência interna do Tribunal. Tal sucedeu com D. Jorge de Almeida, que tinha sido arcebispo de Lisboa, e que em 4 de Fevereiro de 1584, escreve aos inquisidores da Inquisição de Coimbra ordenando que quando eles não pudessem ouvir certas testemunhas o pedissem aos bispos ou a quem melhor lhes parecesse.⁶⁷ Linha que já havia sido aberta pelo próprio D. Henrique. De facto, nas primeiras instruções do Tribunal, de 1541, a solicitação do apoio do episcopado, revelador de confiança na aliança, é evidente. Lá se refere que o promotor e o meirinho da Inquisição podiam ser o do bispo, que o promotor devia ter uma arca para guardar os papéis da Inquisição – devendo esta ser posta em segurança na casa do prelado e que quando fosse necessário proceder a prisões se utilizasse o aljube episcopal⁶⁸.

Em função do que se acaba de expor creio poder afirmar que, gradualmente, se foi caminhando para uma actuação cooperante e ousamos até dizer complementar, sobretudo no que se refere ao trabalho de fiscalização da ortodoxia e de normalização social dos comportamentos dos fiéis. Como já escrevi noutro local⁶⁹, ainda que para uma época posterior, parece evidente ter existido uma divisão do trabalho normalizador dos comportamentos por parte das duas esferas. De forma esquemática, pode dizer-se que essa complementaridade se manifestou do seguinte modo. Ao nível dos espaços de actuação concreta, verifica-se que a Inquisição agiu maioritariamente sobre as populações urbanas, enquanto os bispos actuaram também no espaço rural⁷⁰. Por outro lado, ambas as instâncias se preocuparam

⁶⁵ Cf. IAN/TT, Conselho Geral do Santo Ofício, *Correspondência recebida da Inquisição de Coimbra*, Livro 95, fl. não numerado, carta 22.

⁶⁶ Cf. Elvira Cunha de Azevedo Mea, “O procedimento inquisitorial garante da depuração das visitas pastorais de Braga (Século XVI)” in *Actas do IX Congresso da dedicação da Sé de Braga*, Vol. II/2, 1990, p. 73.

⁶⁷ Cf. IAN/TT, Inquisição de Coimbra, *Correspondência do Conselho Geral*, Livro nº 681, fl. 27-28v.

⁶⁸ Ver IAN/TT, Primeiras instruções do Infante D. Henrique para o funcionamento da Inquisição, documento sem cota, publicado por Isafas da Rosa Pereira, *Documentos para a História (...), op. cit.*, p. 43.

⁶⁹ Ver José Pedro Paiva, “Inquisição e Visitas Pastorais: Dois mecanismos complementares de controle social?”, *Revista de História das Ideias*, 11, 1989, pp. 85-102.

⁷⁰ Alguns dados em Francisco Bethencourt, *História das Inquisições...*, *op. cit.*, p. 282

com a verificação da conduta religiosa das populações em planos distintos: a Inquisição perseguindo sobretudo as heresias e nesse âmbito os cristãos-novos acusados de práticas judaizantes que, como se sabe, quase monopolizaram a actuação do Santo Ofício português⁷¹; os bispos, através das visitas pastorais e dos seus tribunais, estiveram mais atentos ao comportamento religioso e moral incorrecto da população cristã-velha, punindo os que faltavam à missa, não recebiam os sacramentos, trabalhavam em dias santificados, viviam em concubinato, bebiam vinho em demasia, ou tinham inimizades públicas, para dar exemplos de alguns dos delitos mais comuns que eram denunciados perante os visitantes⁷².

Numa fase transitória, em algumas dioceses, os bispos continuaram a perseguir heresias como o judaísmo e o luteranismo, após a criação da Inquisição. Isso depreende-se de uma carta escrita pelo Inquisidor Geral, cardeal arquiduque Alberto, aos inquisidores de Coimbra, em 12 de Julho de 1592, na sequência de uma vista feita por Martim Gonçalves da Câmara àquele Tribunal Distrital. A dado passo diz o cardeal: "Porquanto nas denúncias que se fazem aos prelados, ou a seus officiaes de culpas tocantes ao Santo Ofício, se tira pouco fruto procedendo nelas ordinariamente, nos pareceo escrever-lhes, e encomendando-lhes por nossa carta, que vindo algumas testemunhas denunciar diante deles dos ditos casos, tomem os testemunhos por si mesmos e não os cometam a seus officiaes, e os enviem à Inquisição. Os inquisidores nos avisarão, ou ao Conselho, do que os bispos fizerem em semelhantes casos"⁷³. Nos inícios do ano seguinte, o bispo de Viseu respondia a esta missiva. Era algo céptico em relação a ela, pois cuidava que poderia pôr em causa a autoridade episcopal e a eficácia das visitas pastorais, mas não deixava, no final, de se colocar ao

e José Pedro Paiva, "A administração diocesana e a presença da Igreja. O caso da diocese de Coimbra nos séculos XVII e XVIII", *Lusitania Sacra*, 2ª série, 3, 1991, p. 94-95.

⁷¹ Ver os dados actualmente disponíveis em Francisco Bethencourt, *História das Inquisições...*, op. cit., p. 279.

⁷² Ver dados para a diocese de Coimbra em José Pedro Paiva, "A administração diocesana..." op. cit., p. 87-95 e para o arcebispado de Braga em Franquelim Neiva Soares, *A arquidiocese de Braga no século XVII. Sociedade e mentalidades pelas visitas pastorais (1550-1700)*. Braga: [s.n.], 1993, vol. 1, p. 184-196. Não é rigorosa a proposta apresentada por Maria José Pimenta Ferro Tavares quando escreveu: "Como instrumento de controlo social, de vigilância de todo o dissidente – e, anotemos, de todo o desvio religioso, moral e social –, o Tribunal do Santo Ofício desenvolveria (...)", cf. *Inquisição e Judaísmo*, op. cit., p. 180. O Santo Ofício não tinha, nem exercitou competências tão alargadas.

⁷³ Cf. IAN/TT, Inquisição de Coimbra, Livro nº 681, fl. 57, documento integralmente publicado por Joaquim Romero Magalhães, "Em busca dos tempos da Inquisição...", op. cit., p. 215-221.

dispor da decisão da Inquisição: “VA me mandou os dias passados que quando os visitadores achassem algumas cousas tocantes à Santa Inquisição que elles não tomassem della conhesimento, antes nos avisassem para que nos pessoalmente o fizessemos. Offereceose lembrar a VA os inconvenientes que ha: Acontese muitas vezes saberem molheres nobres e donzelas encerradas algumas destas cousas as quais não podem vir dizer ao prelado assi por estarem em longa distancia como tambem porque fazendo abalo de suas terras dão ocasião aos mesmos da nação specularem que cousa seja a do seu abalo e dahi poder soceder entenderem ao que vem e porem em perigo o credito de suas pessoas, porque se pode cuidar que vem diante do prelado para algumas admoestações ou perguntas matrimoniais; e para evitarem o que dellas se podera cuidar deixarão de dizer o que sabem em materias tão importantes. E de os prelados hirem pessoalmente soo a isso, muitas vezes distancia de dez, quinze, vinte legoas, nascerão os mesmos inconvenientes. E como a gente de que se trata he muito manhosa e sutil não ficara de efeito esta deligencia mais que a primeira vez que logo o entenderão e usarão do que customão e quando vem em devassa geral não se percatão. Os visitadores irão advertidos como VA me manda posto que sempre costumão ser pessoas de que se deve mujto confiar. E lembro a VA que se lavradores e gente baixa e idiota virem que o visitador lhes não toma o que apontão terão em menos cabo a visitação e ficará perdendo a authoridade que he necessario sustentarse, vendo que não tem poder os visitadores para receberem o de que lhe denuncião e parece que deve ser materia que VA deve de resolver depois de ter o aviso de todos os prelados; e se aos lugares os virem ir depois de passada a visitação logo não tão somente os christãos novos mas os velhos terão por certo que soo a tratar delles vão. A visitação do Bispado se não faz senão despois da Paschoa, antes me avisara VA do que ha por seu serviço se faça”⁷⁴.

Por conseguinte, na prática, pelo menos em algumas dioceses, os bispos terão continuado a julgar cristãos-novos. Assim parece ter sucedido na arquidiocese de Braga, até tarde, ainda no tempo de D. Fr. Bartolomeu dos Mártires⁷⁵, e seguramente na diocese de Miranda, durante a prelatura

⁷⁴ Cf. IAN/TT, Conselho Geral do Santo Offício, *Correspondência recebida de arcebispos e bispos*, Livro 91, fl. não numerado, carta 63.

⁷⁵ Não se conhece qualquer processo desencadeado contra judaizantes no tribunal do arcebispo, mas há indícios de que ele tenha exercido jurisdição neste âmbito, nomeadamente o de não existirem na Inquisição de Coimbra processos contra judaizantes originários da diocese, no tempo em que Bartolomeu dos Mártires foi bispo, ver sobre o assunto Elvira Cunha de Azevedo Mea, “O procedimento inquisitorial ...”, *op. cit.*, p. 71.

de D. António Pinheiro ⁷⁶. Mas desde os últimos anos do século XVI e os alvares do seguinte que essa prática deve ter caído em desuso, passando a jurisdição sobre judaizantes a ser privativa, de facto, não de direito, do Tribunal da Fé. Apesar de tudo, os bispos, durante as visitas pastorais, continuavam a indagar sobre estes delitos, remetendo-os, posteriormente, para o Santo Ofício ⁷⁷. Para além de processos contra judaizantes, conhecem-se também actuações contra réus acusados de luteranismo. Tal ocorreu no juízo eclesiástico da ouvidoria de S. Miguel, da diocese de Angra, numa acção judicial iniciada em 19 de Maio de 1598, ante Pedro Monteiro, capelão do rei e ouvidor do eclesiástico na ilha de S. Miguel pelo cabido, sede vacante. O réu era um inglês, Pero Nicolau, de 25 anos, que estava preso na cadeia pública da cidade, acusado de dizer “que os sacramentos e christaos de sua terra sao tam bons e milhores que os nossos sanctissimos sacramentos e catholicos, e que a confissão que em sua terra se faz e de que se uza que não era a outro homem como nos faziamos para que fosse descobrir os pecados que lhe confessassem e que assi que hera melhor que a aque nos catholicos usamos e têmão elles em sua terra igrejas em que se dizia missa e sacramentavão e diziam o Evangelho que era como o nosso sagrado e catholico e que os bispos e sacerdotes de sua terra e no reino de Inglaterra avia que eram casados...”, pelo que a justiça pretendia provar “que dizendo estas tam grandes heresias e hereticas sendo reprehendido de quem as ouviu não deo por a reprehensão mostrandosse muito contumaz nellas como heretico, lutherano e muito mao christão” O réu foi, no entanto, considerado inocente nesta primeira instância. Houve, de seguida, um recurso para o vigário geral da diocese de Angra. Este reavaliou o caso

⁷⁶ Giuseppe Marcocci assinalou, recentemente, a existência de pelo menos um processo de judaismo contra um cristão-novo que transitou no Auditório Episcopal de Miranda e que terminou com uma sentença de não condenação do réu. Trata-se de um processo contra Gabriel Álvares, desencadeado em 1576, que se encontra na Inquisição de Coimbra com o nº 19, ver Giuseppe Marcocci, *I tribunali della fede in Portogallo nell'età del concilio di Trento*, op. cit., p. 149. Na ilha da Madeira, pelo ano de 1566 também a justiça ordinária promoveu acções contra cristãos-novos judaizantes, ver Maria do Carmo Dias Farinha, *A Madeira nos Arquivos da Inquisição*, Funchal, [s.n.], 1986, p. 3-5.

⁷⁷ Tal sucedeu em 1616 em devassa de visita realizada na diocese do Porto, na qual foi denunciado um casal de flamengos, da freguesia de S. Nicolau do Porto, por luteranos (IAN/TT, Inquisição de Coimbra, Cadernos do Promotor, Livro nº 296, fl. 69-72). No mesmo ano, na diocese de Lamego, em visita efectuada pelo bispo Martim Afonso de Mexia, um cristão-novo foi acusado de práticas judaizantes (IAN/TT, Inquisição de Coimbra, Cadernos do Promotor, Livro nº 294, fl. 741-744).

e determinou remeter “os autos como vieram da ilha de Sam Miguel per apelação a Mesa do Santo Officio de Lisboa” ⁷⁸.

O quadro que se acaba de esboçar não pretende esconder que também houve desconfianças, receios, conflitos e até que a comunicação entre bispos e inquisidores nem sempre fluíu com eficácia. A 4 de Março de 1586, o bispo de Lamego, D. António Teles de Meneses, escreveu para o Conselho Geral informando que na sequência da visitação mandara para a Inquisição de Coimbra certas pessoas cujas culpas lhe parecia pertencerem ao Santo Officio. Queixava-se ainda de que daquela Inquisição nunca haviam acusado a recepção destes casos, pelo que o Conselho determinou que os inquisidores, a partir de então, escrevessem logo aos bispos comunicando que os culpados que eles remetiam eram, de facto, julgados na Inquisição e, quando assim não fosse, que lhes enviassem nota disso para eles os julgarem nos respectivos auditórios ⁷⁹.

Dos casos já conhecidos parece poder sustentar-se que o grosso das polémicas sucedeu em torno de três aspectos:

- a) O pagamento das pensões que as Inquisições tinham impostas sobre os bispados, principalmente quando os bispos quiseram erigir seminários e reclamaram que o Santo Officio também contribuisse ⁸⁰, ou quando tiveram que pagar pensões referentes a períodos de sede vacante ⁸¹;
- b) a jurisdição em relação a delitos de foro misto, como foi o caso da bigamia, blasfémia, práticas mágico-supersticiosas ou a solicitação ⁸²;

⁷⁸ O processo integral, que não chegou a ser retomado na Inquisição, encontra-se em IAN/TT, Conselho Geral do Santo Officio, maço 43, doc. não numerado.

⁷⁹ Cf. IAN/TT, Inquisição de Coimbra, *Caderno de provisões cartas e outros papeis desde o anno de 1536 athe todo o ano de 1599*, Livro 271, fl. 232.

⁸⁰ Assim fez o bispo da Guarda D. Nuno de Noronha, o que motivou os protestos do inquisidor-geral, a quem o prelado respondeu, dizendo que se o Santo Officio tinha algum indulto ou privilégio de isenção nesta matéria, e se assim se pratica noutros bispados, que lho comunique para ele riscar o Santo Officio da lista dos que contribuem para o seminário, cf. IAN/TT, Conselho Geral do Santo Officio, *Correspondência recebida de arcebispos e bispos*, Livro 91, fl. não numerado, carta 55. O mesmo tipo de problema com o bispo de Miranda, carta 110.

⁸¹ Tal aconteceu com o bispo de Coimbra, D. Manuel de Meneses, o que motivou queixas da Inquisição para o tribunal apostólico, tendo o bispo protestado alegando, entre outras coisas, que o juiz apostólico, bispo de Viseu, era parte interessado e por isso não isento, ver IAN/TT, Inquisição de Coimbra, *Caderno de provisões cartas e outros papeis desde o anno de 1536 athe todo o ano de 1599*, Livro 271, fl. 73-98.

⁸² Cada um destes delitos justificava uma apreciação detalhada. Como exemplo refiram-se algumas contendas entre a Inquisição e o arcebispo de Lisboa, D. Miguel de

c) a representação do poder em cerimónias públicas, particularmente nos autos-da-fé e nas entradas solenes dos bispos nas dioceses ⁸³.

É plausível que após a celebração do Concílio de Trento, que como é sabido reforçou significativamente o poder dos bispos, os problemas se

Castro (1586-1625), por causa da jurisdição sobre casos de bigamia e curas supersticiosas, ver José Pedro Paiva, *Bruxaria e superstição num país sem caça às bruxas: 1600-1774*, Lisboa, Editorial Notícias, 1997, p. 31-32. Dados novos em IAN/TT, Conselho Geral do Santo Ofício, *Consultas do Conselho aos Inquisidores Gerais*, Livro nº 369, fl. 171 e Conselho Geral do Santo Ofício, *Correspondência recebida de arcebispos e bispos*, Livro 91, fl. não numerado, carta 8. Nesta última carta, datada de 3 de Maio de 1605 e dirigida ao inquisidor-geral, o arcebispo D. Miguel de Castro informa ter recebido em Santarém uma carta do inquisidor-geral na qual se lhe pedia para entregar um preso bígamo. D. Miguel de Castro sustenta que os “livreiros” dizem que bigamia é jurisdição do eclesiástico e que, por isso, não pode ir contra a jurisdição e posse em que está o arcebispado “remetendo o preso que se costuma condenar e castigar neste juízo ordinario e depois que sou arcebispo se castigarão muytos com penitencia publica e degredo sem aver nisto contradição alguma e as sentenças destes se lem publicamente no pulpito da Se, na qual residirão sempre pessoas da Inquisição que assistirão a publicação das tais sentenças. E o fundamento que os inquisidores tem por si que querem saber da intenção dos tais delinquentes se elles quiserem ver o cartorio nelle acharao a resposta do seu fundamento porque não se achara que os delinquentes neste pecado tenham error no entendimento mas somente fraqueza e sendo isto assi, o que afirmo por me passar por as maos não vejo razão para remeter o preso”. Depois diz que o argumento de que noutros bispados não se procede assim, não colhe, pois no dele sempre assim se fez. Acrescenta que ele fará tudo para servir a Inquisição, mas que não tem o direito de privar o arcebispado de um direito que possui e que se há duvidas ele se conformará, mas com pareceres de letrados e não dos inquisidores de Lisboa. Em carta seguinte, de 19 de Maio, diz que mandará ao vigário geral que entregue o bígamo de que fala, não por ser jurisdição da Inquisição, mas pelas palavras com que lho pediu o inquisidor-geral e para demonstrar “com actos” que quer servir o Santo Ofício, assumindo esta entrega não como uma renúncia da sua jurisdição ordinária, que continuará a exercer nesta matéria. Uma carta do Conselho para o arcebispo sobre esta matéria prova que o conflito foi a excepção e não a regra, pois nela se diz que os inquisidores gerais haviam comunicado aos bispos que era ao Santo Ofício que competia tratar destes casos e eles sempre os remetiam à Inquisição. Sobre a controversa questão do delito de solicitação veja-se a excelente abordagem proposta por Giuseppe Marcocci, *I tribunali della fede in Portogallo nell'età del concilio di Trento*, *op. cit.*, sobretudo p. 283-308.

⁸³ O caso mais sugestivo é o que envolveu o arcebispo de Évora, Teotónio de Bragança, a que já se fez menção. Por vezes também houve problemas com o lugar que era dado aos prelados nas audiências a que iam assistir no Tribunal da Fé. Assim sucedeu em 1560. O arcebispo de Lisboa, Fernando Coutinho, recusa-se a assistir ou a enviar delegados seus aos despachos da Inquisição por não lhe darem o lugar devido na mesa, ou seja imediatamente abaixo do presidente que representava o inquisidor-geral. Declarava ainda nulos os procesos que se votassem sem ele, cf. IAN/TT, Inquisição de Lisboa, Livro 330, documento 40, publicado por Isafas da Rosa Pereira, *Documentos...*, *op. cit.*, p. 45-46.

tivessem intensificado com alguns prelados e que estes tivessem procurado por vários meios defender a sua jurisdição e poder, actuando com alguma autonomia em relação ao Santo Ofício, e até propondo vias alternativas, menos repressoras e mais catequizadoras, para converter os heréticos, como foi sugerido por Giuseppe Marcocci, para os casos de Bartolomeu dos Mártires (arcebispo de Braga, 1559-81), Jerónimo Osório (bispo do Algarve, 1564-1580) e António Pinheiro (bispo de Miranda, 1566-79) ⁸⁴. Tanto mais que, pela mesma altura, no contexto da estratégia de aumento da jurisdição do Santo Ofício, através do breve *Cum audiamus*, de 14 de Abril de 1561, Pio IV concedia ao inquisidor-geral a faculdade de, sempre que o achasse justificável, avocar a si as causas de heresia pendentes nos ordinários, em qualquer estado em que se encontrassem e de inibir, sob penas eclesiásticas, os juizes aos quais estivessem afectas ⁸⁵. É sabido como os prelados protestaram e deixaram disso um registo nuns *Apontamentos* que fizeram para as cortes de 1562. Nesse documento procuraram ainda pressionar para que o seu controlo na vida do Tribunal se exercesse, insistindo na necessidade de que os tribunais distritais da Inquisição fossem visitados regularmente, de preferência por prelados, e alvitando como fundamental a participação de prelados no Conselho Geral da Inquisição ⁸⁶.

Mas estes desentendimentos não assumiram proporções que justifiquem falar de qualquer confronto duradouro e sistemático. Foram desentendimentos pontuais, se calhar mais motivados por relações pessoais e

⁸⁴ Ver Giuseppe Marcocci, *I tribunali della fede in Portogallo nell'età del concilio di Trento*, op. cit., p. 134-158 e 179-99. O autor, em tese distinta da que aqui propugnamos defende: "Si puo affermare, in conclusione, che se fra vescovi e inquisitori nel corso del Cinquecento in Portogallo non si verificò uno scontro aperto e duro come in Italia o in Spagna, sopravvisse tuttavia alungo un conflitto latente, che derivava da una differente visione dell'eretico, dei ruoli che le varie componenti della Chiesa dovevano assumere nell'controllo della fede e dei metodi da adottare per sconfiggere l'eresia", p. 158. Pelo que conclui que a colaboração entre bispos e inquisidores foi "scarsa" e que uma "nova linha" mais cooperante, só se iniciou no tempo do arquiduque Alberto, a partir de 1586, de que a bula que o nomeia inquisidor geral, a *Inter alias curas*, é um instrumento precioso, essencial e definitivo, ao subordinar os bispos à autoridade da Inquisição, p. 310-312.

⁸⁵ Este breve está publicado em *Corpo diplomático Portuguez* ..., op. cit., vol. IX, p. 233.

⁸⁶ Ver Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, *Apontamentos dos prelados deste reino nas cortes que se fizeram em Dezembro de 1562*, manuscrito 3187. Marcocci vê neste documento um exemplo de estratégias alternativas à acção inquisitorial que um grupo de prelados teria tentado praticar, opinião que não comungo, ver Giuseppe Marcocci, *I tribunali della fede in Portogallo nell'età del concilio di Trento*, op. cit., p. 127-34.

clientelares agastadas entre os bispos protagonistas e o cardeal D. Henrique, do que determinadas por qualquer oposição aos poderes do Tribunal. De facto, parece que os casos em que se conhecem mais controvérsias entre a Inquisição e os bispos, durante o tempo em que foi inquisidor-geral o cardeal D. Henrique, sucederam com prelados que estavam menos próximos da sua área clientelar e que teriam alguma proximidade com o círculo de influências da rainha e depois regente D. Catarina, como foi sugerido por Giuseppe Marcocci.

3. Conclusões

Ao terminar esta reflexão, e apesar da escassez dos estudos actualmente existentes sobre a temática em epígrafe, pretendo sublinhar algumas das consequências que esta cooperação entre o poder inquisitorial e o poder episcopal teve na vida portuguesa e, simultaneamente, procurar entender qual foi a raiz desse bom relacionamento.

Em relação às consequências parece evidente que a tendência global para a sintonia entre estes dois poderes foi mais um elemento que serviu para reforçar a força e solidez da Igreja em Portugal. Por outro lado, foi um factor que contribuiu de forma decisiva para a preservação da integridade religiosa do reino e para manutenção da ortodoxia das práticas e crenças religiosas das populações, bem como dos seus comportamentos morais. Se a difusão de correntes dissidentes da católica romana foi relativamente marginal em Portugal, na Época Moderna, isso não derivou, do meu ponto de vista, de uma qualquer característica genética, ou essência ôntica específicas que fizessem dos portugueses fervorosos fiéis do catolicismo. Pelo contrário, tal deve ligar-se à acção da Igreja portuguesa e muito especialmente aos mecanismos de vigilância que foram criados para preservar o reino do “contágio” das correntes heréticas que, desde os inícios do século XVI, ameaçavam a unidade da Igreja Romana. Ou seja, a minha tese é de que a unidade e complementaridade destes importantes sectores da Igreja foi um dos pilares da eficácia da acção de fiscalização dos comportamentos e práticas religiosas das populações e da limitadíssima difusão de grupos religiosos dissidentes em Portugal.

Qual foi a raiz desta boa cooperação? O rei e o profundo cruzamento de relações entre as duas instâncias (inquisitorial e prelática) através da mobilidade de indivíduos entre elas.

A forte intervenção do rei na constituição e implantação do Tribunal em Portugal e o controlo que exercia sobre o inquisidor-geral e os bispos

(era ele quem os escolhia, praticamente sem limitações, desde o reinado de D. Manuel) podem ajudar a perceber a cooperação, já que ela é do próprio interesse do monarca ⁸⁷. Aliás, o recurso ao monarca em situações de conflito para tentar sintonizar as partes desavindas é sinal evidente do seu peso.

O cruzamento de carreiras e a circulação de pessoas entre as prelaturas diocesanas e os lugares de topo da Inquisição foi outro factor determinante para a aproximação e cooperação que se verificou e isso, em bom rigor, também resultou das políticas de provimento dos lugares da cúspide das duas hierarquias que o monarca adoptou. Os inquisidores gerais, à excepção do cardeal arquiduque Alberto, foram sempre recrutados entre o corpo dos bispos portugueses ⁸⁸. E dos 114 bispos providos entre 1536 e 1613, trinta, ou seja, 26.3%, tinham feito carreira prévia na Inquisição, como promotores, deputados, inquisidores ou membros do Conselho Geral ⁸⁹. Esta percentagem sobe para 38%, se se computarem apenas os bispos do continente, sem dúvida, os mais influentes.

Em suma, a ubiquidade de certos personagens, que fizeram carreira na Inquisição antes de chegarem a prelados, ou de prelados que acabaram a liderar o Tribunal da Fé, o que proporcionava a criação de relações interpessoais com os aparelhos burocráticos das duas instâncias e dava um conhecimento pelo interior do seu funcionamento, constituiu um aspecto determinante para o clima de boa cooperação entre as duas partes. E as trocas não se faziam apenas ao mais alto nível. Sobreretudo até finais do século XVI, foi frequente ver indivíduos que desempenhavam funções nos aparelhos da administração episcopal (provisores, vigários gerais, desembargadores) a exercer, em simultâneo, cargos nos tribunais distritais da Inquisição (promotores, deputados). Só pelos finais do século XVI há ecos de uma política do Santo Ofício que passa a exigir um estatuto de exclusividade de funções para os seus agentes ⁹⁰.

⁸⁷ A forte intervenção do monarca na vida da Inquisição já foi notada por Francisco Bethencourt. Para ele a autonomia do Tribunal em relação à Coroa só se começa gradualmente a manifestar a partir dos finais dos anos 40 do século XVI, ver Francisco Bethencourt, *História das Inquisições...* op. cit., p. 23-24 e Francisco Bethencourt, "A Inquisição" in Carlos Moreira Azevedo (dir.), *História Religiosa de Portugal*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2000, vol. II, p. 100.

⁸⁸ Cf. Maria do Carmo Jasmins Dias Farinha, *Os arquivos da Inquisição*, Lisboa, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 1990, p. 301-302.

⁸⁹ Cálculo efectuado com base nos registos de uma base de dados prosopográfica dos bispos portugueses, que serve de suporte a estudo que actualmente preparo sobre os prelados portugueses na época moderna (1585-1777).

⁹⁰ Tal se depreende, por exemplo, de carta que o inquisidor-geral escreve para a Inquisição de Coimbra, em Março de 1578, na qual afirma que pela visita que se mandou

Como corolário, diria que o caso português, tal quanto as poucas indagações já feitas deixam antever, parece ser distinto do que se passou nas outras Inquisições modernas. Em Itália, onde existiam 171 dioceses e 42 tribunais distritais da Inquisição, verificaram-se situações muito disformes consoante o estatuto da Inquisição, a acção concreta e a tradição de actuação dos prelados no terreno. Nas regiões mais afectadas pela monarquia hispânica, como foi bem expresso por Agostino Borromeo, em relação à Sicília, Nápoles, Milão e Sardenha, verificaram-se situações muito variadas de cooperação apesar de se ter assistido geralmente a uma ambiência de harmonia, que aquele autor atribui à proximidade e maior subordinação de inquisidores e bispos ao poder papal, que teria servido como elemento moderador e dissuasor de conflitos ⁹¹. Por outro lado, nas zonas integradas na República de Veneza, até aos anos 60 do século XVI, houve grande articulação dos dois poderes e até, como sugere A. del Col, uma certa supremacia dos bispos sobre os inquisidores ⁹².

Em Espanha, os monarcas, talvez desejosos de limitar excessivas concentrações de poder nas mesmas mãos, optaram por não privilegiar carreiras fluidas entre as duas instâncias. Maximiliano Barrio Gozalo refere que apenas 21% dos bispos de Castela e Léon (entre 1556 e 1699) tiveram carreira prévia na Inquisição ⁹³. Para as dioceses da Galiza, no tempo de Felipe II, constata-se uma presença de bispos com carreira prévia na Inquisição ainda mais débil, somente dois, num total de 31 nomeados ⁹⁴.

fazer àquele distrito soube que o promotor daquela Inquisição também era provisor e vigário geral do bispado, "e porque os cargos do Santo Officio requerem ministros mais desocupados", manda que o despeçam, cf. IAN/TT, Inquisição de Coimbra, *Caderno de provisões cartas e outros papeis desde o anno de 1536 athe todo o ano de 1599*, Livro 271, fl. 135.

⁹¹ Cf. Agostino Borromeo, "Contributo allo studio dell'Inquisizione...", *op. cit.*, p. 244.

⁹² A este propósito Andrea del Col escreveu: "la maggior importanza dell'ordinario rispetto all'inquisitore, l'intersecarsi dell'azione inquisitoriale con il governo pastorale, la pluralità di giudici competenti, la costanza dei rapporti con la Congregazione del Sant'Ufficio, l'appoggio e il controllo esercitato delle autorità statali", cf. Andrea Del Col, *L'Inquisizione nel patriarcato e diocesi di Aquileia*, *op. cit.*, p. LXXV. Ver também Andrea del Col, "Organizzazione, composizione e giurisdizione dei tribunali dell'Inquisizione romana nella repubblica di Venezia (1500-1550)", *Critica Storica*, XXV (1988), p. 244-294.

⁹³ Cf. Maximiliano Barrio Gozalo, *Los obispos de Castilla y Léon durante el Antiguo Régimen (1556-1834)*, *Estudio socioeconómico*, Zamora, Junta de Castilla y León – Consejería de Educación y Cultura, 2000, p. 71.

⁹⁴ Cf. Domingo L. González Lopo, "El alto clero gallego en tiempos de Felipe II" in Antonio Eiras Roel (coord) – *El reino de Galicia en la monarquía de Felipe II*, Santiago de Compostela, Xunta de Galicia, 1998, p. 330.

Este aspecto, aliado à tendência para o alargamento da jurisdição inquisitorial (normalmente apoiada pelo rei), ao carácter centralizador que a Inquisição geralmente granjeou e ao forte sentido de autonomia de certas regiões acabou por criar um quadro onde os conflitos foram mais frequentes e, por vezes, extremamente violentos ⁹⁵. Tal forçou alguns prelados a recorrerem a Roma em defesa da sua jurisdição, como sucedeu, em 1595, por exemplo, com o arcebispo de Granada, que protestou em Roma contra obstáculos que a Inquisição lhe levantava à publicação de éditos em matéria de fé ⁹⁶. Em casos mais graves, a própria vida dos prelados esteve ameaçada. De facto, só em Espanha se conhecem casos de bispos condenados pela Inquisição, como sucedeu com o arcebispo de Toledo, Bartolomé Carranza de Miranda, em 1559 ⁹⁷.

Em Portugal predominou um quadro de cooperantes relações e uma relativa homogeneidade territorial de actuação, justificadas pela limitada extensão do reino, pela sua relativa unidade política, pela capacidade de interferência régia, pela escala reduzida das suas elites e pela precoce e forte centralização do Santo Ofício.

⁹⁵ Tese já sustentada por Francisco Bethencourt, *História das Inquisições... op. cit.*, p. 284.

⁹⁶ Ver Agostino Borromeo, "Contributo allo studio dell'Inquisizione...", *op. cit.*, p. 247.

⁹⁷ Há muita literatura sobre o processo inquisitorial contra o arcebispo de Toledo, ver José Ignacio Tellechea Idígoras, *El arzobispo Carranza y su tiempo*, Madrid, Ediciones Guadarrama, 1968 e do mesmo autor "El proceso del arzobispo Carranza" in Joaquín Pérez Villanueva e Bartolomé Escandell Bonet (dir.), *Historia de la Inquisición en España y América*, Madrid, Biblioteca de Autores Cristianos, 1984, p. 556-598.